



Jorge Rodrigues Brando

**A Governança Ambiental da União Europeia sob o
Foco da Segurança e Transição Energética**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (MAPI) do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves.

Rio de Janeiro,
Dezembro de 2023.



Jorge Rodrigues Brando

**A Governança Ambiental da União Europeia sob o
Foco da Segurança e Transição Energética**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (MAPI) do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves.

Orientador

Instituto de Relações Internacionais - PUC Rio

Prof. Carolina de Oliveira Salgado.

Co-orientadora

Instituto de Relações Internacionais - PUC Rio

Prof. Beatriz Mattos

Relações Internacionais - UVA

Prof. Marta Fernández

Instituto de Relações Internacionais - PUC Rio

Prof. Paula Sandrin

Instituto de Relações Internacionais - PUC Rio

Rio de Janeiro, dezembro de 2023.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Jorge Rodrigues Brando

Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (MAPI) do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Ficha catalográfica

Brando, Jorge Rodrigues

A Governança Ambiental da União Europeia sob o Foco da Segurança e Transição Energética / Jorge Rodrigues Brando; orientador: Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves. - 2023.

67 f. : il color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais - Teses. 2 Política externa 3. Energia 4. Segurança 6. União Europeia 7. Transição Energética. I. Esteves, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título

CDD: 327

Agradecimentos

Aos meus pais, Conceição e Walter, que em todos os momentos se fizeram presentes, com muito amor, carinho, e proporcionam um cuidado imenso a mim, ao longo de toda a minha vida.

Aos meus irmãos, Thiago e Elisa, que participaram ativamente na minha criação e sempre me ajudaram com tudo que eu precisei.

À Mariana Bastos, minha incrível namorada, que em todos os momentos me incentiva muito, sempre deixando claro que tudo é possível. O seu amor e carinho foram combustíveis fundamentais que me deram a energia necessária para concluir esse trabalho.

À minha professora e co-orientadora Carolina Salgado, que proporcionou o meu primeiro contato com o ator União Europeia e também por ter sido muito atenciosa e presente durante a orientação toda. Obrigado por topar essa aventura comigo e acreditar no potencial do meu trabalho até o fim.

A todos os meus professores, que ao longo da graduação e do mestrado, me ensinaram tanto.

Esse trabalho é dedicado a vocês.

Resumo

Brando, Jorge Rodrigues. Esteves, Paulo Luiz Moreaux Lavigne (orientador). **A Governança Ambiental da União Europeia sob o Foco da Segurança e Transição Energética**. Rio de Janeiro, dezembro de 2023. 70 p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho tem o objetivo de estudar a política energética da União Europeia, compreendendo as estratégias e objetivos do bloco, tanto no seu cenário interno, quanto externo. Primeiramente, é apresentado o histórico de formação e estruturação da política externa da União Europeia e de suas três principais potências, evidenciando que este processo foi pautado sob os pilares de segurança interna e demonstrando quais foram os impactos e efeitos desta construção. Em seguida, a pesquisa se aprofunda em três bases para compreender a política energética do bloco, explorando as estratégias de interdependência, securitização e autonomia da União Europeia e assim, analisa as principais características de cada um desses três direcionamentos. Por fim, são analisados documentos oficiais do bloco e seus dados presentes para compreensão do atual desenho da política energética europeia, possibilitando observar que este escopo segue somente dois pilares, eficiência e transição energética. Além disso, a parte final do trabalho busca traçar uma conexão entre a política externa de defesa e segurança e a política externa energética da União Europeia, baseada na ideia de Habermas e Derrida, desenvolvida no artigo “February 15, or What Binds Europeans Together”.

Palavras-chave:

Política externa; Energia; Segurança; União Europeia; Transição Energética

Abstract

Brando, Jorge Rodrigues. Esteves, Paulo Luiz Moreaux Lavigne (Advisor). **European Union Environmental Governance with a Focus on Security and Energy Transition**. Rio de Janeiro, december of 2023. 70 p. Master's Thesis - Institute of International Relations, *Pontificia Universidade Católica* of Rio de Janeiro.

This paper aims to study the European Union's energy policy, understanding the IO's strategies and objectives, both internally and externally. First, it will be presented the history of the formation and structuring of the foreign policy of the European Union and its three main powers, showing that this process was based on the pillars of internal security and demonstrating the impacts and effects of this construction. Next, the research delves into three bases for understanding the EU's energy policy: the European Union's interdependence, securitization and autonomy strategies, and with this information, analyses the main characteristics of each of these three directions. Finally, official documents from the UE and their data are analysed to understand the current design of European energy policy, making it possible to observe that this scope follows only two pillars, efficiency and energy transition. Furthermore, the final part of the work seeks to draw a connection between the foreign policy of defense and security and the foreign energy policy of the European Union, based on the idea of Habermas and Derrida, developed in the article "February 15, or What Binds Europeans Together".

Keywords:

Foreign Policy, Energy; Security; European Union; Energy Transition

Sumário

1. Introdução	10
1.1 Breve histórico e exposição do problema	10
1.2 Estrutura da dissertação	12
1.3 Metodologia	15
2. Capítulo 1	17
2.1. A União Europeia e a origem de sua política externa	17
2.2. Histórico da política externa das três principais potências europeias	21
2.3. A identificação europeia e a segurança como elemento de unificação	28
3. Capítulo 2	30
3.1. A relação entre Rússia e União Europeia: interdependência	30
3.2. A securitização energética	36
3.3. Autonomia na política externa da União Europeia	40
4. Capítulo 3	45
4.1. Definições de transição energética	45
4.2. Análise de política externa da UE a partir de documentos oficiais	50
4.3. Alemanha, França e suas políticas de energia sustentável	54
4.4. Os protestos climáticos e a insatisfação da população europeia	56
5. Considerações Finais	62
6. Referências Bibliográficas	65

Lista de abreviaturas

UE - União Europeia

CEE - Comunidade Econômica Europeia

PESC - Política Externa e de Segurança Comum

PSDE - Política de Segurança e Defesa Europeia

EEAS - Alto Representativo da UE para Relações Exteriores e Política de Segurança

EUSR - Representantes Especiais da União Europeia

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

TEPSA - Trans European Policy Studies Association

EEAS - Serviço Diplomático da União Europeia

FPI - Foreign Policy Instruments

CFSP - Common Foreign and Security Policy

CS - Conselho de Segurança da ONU

RU - Reino Unido

ACER - Agência para a Cooperação dos Reguladores de Energia

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

LNG - Gases Naturais Líquidos

AIE - Agência Internacional de Energia

UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

COP - Conferência das Partes

ISEP - Instituto de políticas de energia sustentável

ETS - Sistema de Comércio de Emissões da UE

PNEC - Plano Nacional Integrado em Matéria de Energia e Clima

Lista de Figuras

Figura 1 - A dependência da União Europeia com relação ao gás natural russo.	33
Figura 2 - O consumo de energia na UE por tipo de energia.	45
Figura 3 - As reservas dos países mais ricos em Manganês.	47
Figura 4 - As reservas dos países mais ricos em Níquel.	48
Figura 5 - As reservas dos países mais ricos em Cobre.	48
Figura 6 - O mix energético da Alemanha.	54
Figura 7 - Fotografia, Muhammed Shabeer, 16/03/2019, protestos da Greve Climática	56
Figura 8 - o elemento de conexão entre as políticas externas de defesa e segurança e a política energética	59
Figura 9 - O grau de responsabilidade dos Estados e da UE com relação às mudanças climáticas	60
Figura 10 - Questionário que revela o viés econômico da tratativa da política energética na pesquisa com os cidadãos da UE	61

1 - Introdução

1.1 Breve histórico e exposição do problema

Mesmo com os avanços tecnológicos e todos os esforços das últimas décadas no sentido de se atingir um desenvolvimento sustentável, o sistema econômico global, nos moldes em que existe hoje, mostra-se cada vez mais insustentável. Iniciativas com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, propostas de redução do consumo de energia e de recursos naturais, e acordos de substituição de combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis ainda apresentam efeitos limitados diante dos desafios impostos pelo impacto e pela extensão das mudanças climáticas em escala global.

A industrialização, iniciada na Inglaterra no século XVIII e em seguida estendida ao resto da Europa, foi fortemente baseada na exploração e no uso do carvão mineral, fonte cuja capacidade energética supera a da lenha e do carvão vegetal. Embora a lenha e a energia cinética dos rios tenham sido importantes para o processo de industrialização da economia inglesa, especialmente em sua etapa inicial, o carvão, por ser um combustível de fácil acesso e exploração na Inglaterra, acabou se tornando o combustível mais recorrente nas economias industrializadas até o início do século XX. Trata-se de um importante marco, uma vez que, a partir de então, a energia utilizada para o crescimento econômico passa a não depender mais das condições naturais do planeta, como o clima e as estações, podendo agora ser estocada e consumida a qualquer momento. O final do século XIX testemunha o surgimento de novas técnicas, entre as quais destaca-se o uso de combustíveis como a gasolina e o óleo diesel, caracterizados por uma maior capacidade de transformação do calor em força motriz.

Os motores de combustão interna substituem os cavalos e as carruagens, impulsionando a indústria de automóveis e consequentemente a indústria do petróleo. Importante ressaltar, que no início do século XX, os veículos movidos por motores de combustão interna coexistiram com outros movidos a energia elétrica. Entretanto, fatores como a superioridade da densidade energética de combustíveis fósseis como a gasolina, assim como a baixa autonomia das baterias elétricas na época, propiciaram o cenário onde triunfa a mobilidade baseada no motor de combustão interna. Os processos de mecanização e eletrificação da agricultura observados também no início do século XX, apesar de cruciais para o aumento acentuado da produção agrícola e do crescimento populacional, também estão relacionados à queima de combustíveis fósseis e, consequentemente, à degradação do solo,

das águas e ao incremento da emissão de gases de efeito estufa. Os impactos negativos destes processos se impõem de maneira incontestável no meio ambiente.

Há décadas a comunidade científica adverte de forma comprobatória para a necessidade impreterível de se reduzir a emissão de gases de efeito estufa como forma de mitigar as mudanças climáticas. A estruturação de um processo de transição energética com base no uso de fontes renováveis já se encontra em curso. Ainda assim, continuamos assistindo às falhas das iniciativas governamentais e supranacionais de diminuição do consumo de energia, de contenção da emissão de carbono e de degradação ambiental, uma vez que estas iniciativas esbarram em limites socioeconômicos de grande relevância. A União Europeia, ator central nesta pesquisa, por um lado enfrenta uma situação diplomática crítica com seu principal parceiro energético, a Rússia e, do outro lado, arca cada vez mais com os efeitos das mudanças climáticas, com altíssimas ondas de calor, enchentes, secas e outras condições extremas que vem sendo observadas na Europa.

Cientes desta problemática, em junho de 2015, na Alemanha, os países líderes do G7 – Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Japão – se juntaram e firmaram o compromisso de abolir o uso de combustíveis fósseis de suas economias. No comunicado oficial, a União Europeia se comprometeu a fazer a sua parte para atingir uma economia global de baixo carbono em longo prazo, incluindo o desenvolvimento e uso de tecnologias inovadoras e a se empenhar em uma reestruturação do setor energético até 2050. A então chanceler alemã Angela Merkel reiterou o objetivo da comunidade internacional de ser até o final de século uma economia global livre de carbono.

Essa emergência energética torna evidente que a UE necessita de uma reestruturação em sua política de energia, de maneira que possibilite o bloco a lidar com desafios externos que envolvem a necessidade de autonomia na produção de energia renovável e a gestão de impactos que suas atividades energéticas geram. É, portanto, neste cenário extremamente complexo, permeado de impasses, como: contradições entre o discurso e a prática de políticas energéticas e interesses econômicos e ambientais conflitantes, que a comunidade científica precisa encontrar um caminho possível onde a equação entre o crescimento econômico, o uso de energia e a emissão de gases de efeito estufa seja resolvida de forma sustentável. A partir deste panorama, a presente pesquisa se propõe a pensar quais são as principais limitações encontradas pela política externa da União Europeia para transição energética e quais impactos a formulação da política energética da União Europeia gera no âmbito interno e externo.

1.2 - Estrutura da dissertação

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo se propõe a realizar um estudo histórico das estratégias de política externa das três principais potências europeias: Reino Unido, França e Alemanha. Um recuo histórico de mais de uma década se faz necessário para que seja possível contemplar mandatos de diferentes chefes de Estado, o que permitirá uma análise ampla das estratégias de política externa das potências europeias. Neste sentido, será analisado o intervalo compreendido entre os anos de 1995 e 2022.

Com o objetivo de compreender a estruturação da política energética da União Europeia, primeiramente analiso o processo de estruturação da União Europeia em si, observando a formação da sua política externa e como os fatos históricos que compuseram a estruturação dessa política contribuíram para que ela fosse sustentada pelos pilares analíticos de segurança, assim como política energética, também apresenta o pilar da segurança interna em sua composição. Elementos como a formação da OTAN e a criação da Política de Segurança e Defesa Europeia são chave para entendermos a supranacionalização da política externa da UE, uma vez que estes são marcos definem a participação do bloco como um ator político no cenário internacional, que tem as suas próprias motivações e estratégias, não se apresentando apenas como um conjunto de motivações mistas dos seus países membros. O interesse do bloco por trás disso é transmitir a imagem de organização, direcionamento e ordem para o cenário internacional.

O segundo capítulo tem o objetivo de analisar as estratégias de política externa da União Europeia em relação aos seus recursos energéticos. Para isso, exponho o processo de estruturação da política energética europeia com base em suas três estratégias: interdependência, securitização e autonomia. Para explorar a estratégia de interdependência, dentro do contexto energético, torna-se necessário pensar a relação do bloco europeu com o seu principal parceiro energético, a Rússia, dirigindo o foco para a relação de oferta e demanda energética entre estes atores, bem como a maneira como ambos se beneficiam economicamente desta interdependência. No que tange a estratégia de securitização, foi utilizado como marco teórico o artigo *“Security: A new framework for analysis”* escrito por Barry Buzan, Waever, Wilde (1998) para explicação e compreensão do conceito de Securitização. Este conceito foi aplicado na análise de documentos oficiais de COPs e G7. Estes dois espaços multilaterais foram escolhidos por serem locais de cooperação internacional em que a União Europeia e seus países membros mais economicamente ativos

(Alemanha e França) participam. O objetivo é observar como a securitização energética e a securitização ambiental são tratadas em cada uma dessas instâncias, porém com um detalhe importante que diverge as duas esferas, uma sendo um espaço mais regional (G7) e outra sendo um espaço internacional mais amplo (COP). Por fim, para a reflexão sobre a estratégia de autonomia, foi utilizado como fonte secundária o artigo: “*European Strategic Autonomy: A Cacophony of Political Visions*, de Elina Libek”, escrito em 2019, bem como o documento “*On the path to strategic autonomy*”, elaborado em 2020 pelo *European Parliamentary Research Service*. Esta literatura é utilizada como ferramenta para compreender o conceito de Autonomia Estratégica e analisar sua aplicabilidade na política externa energética da UE.

Analizadas essas três estratégias de política energética, a intenção é mobilizar a hipótese de que a União Europeia consolida a estruturação da política energética a partir de uma preocupação muito maior em solucionar os desafios econômicos apresentados através da ótica de ameaças à segurança energética, como a dependência na demanda de combustíveis fósseis da Rússia e limitação da produção energética no Âmbito interno, do que em endereçar as causas das mudanças climáticas, como os impactos que o uso de energia fóssil a longo prazo gerou e continua a gerar, não só para o continente europeu, como para o mundo.

O terceiro capítulo é norteado pelo intuito de evidências os verdadeiros objetivos pelos quais a União Europeia poderá moldar a sua política energética interna e externa, tendo em vista as estratégias de política externa já exploradas até aqui. Para isto, serão analisados documentos oficiais das instituições do bloco, tais como: o *White Paper: “Energy For The Future: Renewable Sources Of Energy”*, de 1997, escrito pela Comissão Europeia, que foi escolhido para análise, pois o mesmo é situado no contexto do protocolo de Quioto; o *Green Paper: “A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy”*, de 2006, escrito pela Comissão Europeia, que foi selecionado neste recorte por estar presente no contexto do Tratado de Lisboa; a Diretiva 2009/28/EC, de 2009, desenvolvida pelo Parlamento Europeu e o Conselho Europeu, que será apresentada por constar metas objetivas em seus artigos, que devem ser analisadas de maneira crítica; e por fim, o documento: “*REPowerEU: Joint European Action for more affordable, secure and sustainable energy*”, escrito pela Comissão Europeia, em 2022, foi escolhido por estar em um contexto mais recente do recorte da pesquisa e por levar em consideração um fato marcante para o contexto energético atual da União Europeia, que é a invasão russa na Ucrânia.

O que eu pude perceber a partir da análise destes documentos levantados foi que os mesmos apresentam a urgência de soluções econômicas mas não levantam preocupações ambientais concretas, tendo o objetivo de reestruturar a política energética do bloco à base de

elementos econômicos e mercadológicos, como a eficiência produtiva da transição energética, como as propostas de regulamentação financeira para essas implementações, e também a busca por novos parceiros comerciais e por estratégias de mercado para competitividade e crescimento de empresas de energia renovável.

Para dar continuidade à análise das propostas da política energética do bloco se faz necessária a compreensão do que significa transição energética. Para isso, é utilizado como referência o autor Radosław Ślosarski, que em seu artigo: *“Clean energy in the European Union: Transition or evolution?”*, de 2022, aponta que a União Europeia passa por um processo de adição energética e não transição energética, pois mesmo com aumento do consumo de energias renováveis, os países do bloco ainda continuam consumindo altos índices de energias fósseis. Como complemento de referência para o entendimento deste conceito de Transição Energética e com o objetivo de trazer uma análise crítica a este termo, também utilizo as falas do Bruno Milanez, professor da faculdade de engenharia da UFJF e pesquisador de transição energética e mineração, em sua entrevista para o podcast Guilhotina e *Le Monde Diplomatique* Brasil, em 2021 e para o Instituto Humanitas Unisinos em 2019. Nestas entrevistas, o professor aponta que a transição energética para fontes renováveis, como a eólica e a solar vai gerar um impacto ambiental de proporções gigantescas, pois a aceleração destes mercados energéticos vai exigir uma extração mineral imensa como matéria prima, o que vai causar a poluição do solo, desmatamento florestal, contaminação da água e entre outros problemas socioambientais. Enxergo como necessária a problematização do que significa transição energética para a UE, pois esta preocupação com os impactos ambientais, levantadas pelo professor, não estão presentes nos documentos oficiais do bloco que abordam a temática de transição energética. Sendo assim, observa-se que a UE não expressa oficialmente um plano de conservação ambiental que reverta ou reduza os impactos gerados pelo aumento de fontes energéticas solares e eólicas.

Por fim, trago elementos que evidenciam a insatisfação popular dos cidadãos europeus com relação às medidas ambientais europeias. Conforme observado durante o primeiro capítulo, a política externa da União Europeia, cuja ênfase era a segurança do bloco, seguiu um caminho de envolvimento em operações e conflitos externos. Como consequência, esses movimentos geraram sentimentos de insatisfação na população europeia, o que causou como efeito um elemento de unificação dos cidadãos europeus, como apontado por Habermas e Derrida (2003). A ideia é criar uma conexão dessa política de segurança da União Europeia com a política energética do bloco que ao gerar impactos ambientais ao longo das décadas, causou a insatisfação popular junto aos cidadãos europeus, ou seja, o elemento de

identificação da população europeia pode ser expandido, para além da revolta em participação de conflitos internacionais, mas também pela gestão ambiental dos órgãos de governança do bloco.

A investigação das principais limitações encontradas pelas política de transição energética da União Europeia, tem uma relevância para o domínio das relações internacionais, pois compreende-se que as posições energéticas do bloco têm implicações de longo alcance, influenciando não só a dinâmica interna dos seus Estados-Membros, mas também com o alcance de impacto em um panorama energético internacional mais amplo, como por exemplo, as regiões mencionadas nesta pesquisa, como a Rússia e também o previsto impacto que a extração de minerais para o fomento da energia eólica e solar pode exercer em outros continentes que contém grandes reservas destes metais, como a América do Sul e continente africano, conforme observado no terceiro capítulo desta pesquisa. Se faz necessária essa análise para o atual cenário de urgência das mudanças climáticas, que já um tema amplamente discutido nos panoramas de política internacional e que gera inúmeros documentos e planos de ação em esferas governamentais e supranacionais e partir de uma análise crítica da política energética da UE, a pesquisa visa provocar os seguintes questionamentos: Por que os combustíveis fósseis ainda são a fonte predominante da matriz energética global apesar de todas as evidências de seus malefícios e de todo avanço no desenvolvimento de fontes de energia sustentáveis? Quais são os interesses energéticos da UE com suas estratégias de política externa? Quais são as medidas oficiais que estão sendo tomadas pelo bloco para atingir seus objetivos de política energética e quais impactos populares que essa política energética gera sobre os cidadãos Europeus?

1.3 - Metodologia

Para informações institucionais a respeito da organização da União Europeia em suas diferentes esferas de atuação foi consultado o site oficial da instituição e o EUR-lex como glossário, que fornecem informações detalhadas como o significado dos vocábulos utilizados pelo bloco e suas respectivas explicações nas notas de rodapé desta pesquisa, para ilustrar os termos que compõem o funcionamento complexo das diferentes instituições que compõem a organização.

No primeiro capítulo, como fonte secundária acadêmica, utilizo a referência da pesquisa de Stefan Lehn que, em seu artigo *“The big three in EU foreign policy”* publicado na Carnegie Europe no ano de 2012, que revela alguns detalhes importantes da política de

segurança e defesa da Alemanha, França e Reino Unido a serem analisadas. Também no primeiro capítulo utilizo como referência o artigo: “*February 15, or What Binds Europeans Together*”, de Habermas e Derrida, de 2003, em que os autores levantam a ideia de que o elemento de união dos cidadãos europeus está no fato de sua revolta comum com relação à participação da UE em guerras (Iraque).

No segundo capítulo, foram usadas as seguintes fontes secundárias acadêmicas: Para compreensão da estratégia de interdependência, foi analisado o artigo base “Um Olhar sobre a Cooperação Energética UE-Rússia”, de Camacho e Fernandes, escrito em 2019, que fornece um olhar crítico a relação energética entre estes dois atores. Para a melhor compreensão da estratégia de política externa de securitização, como referência foi utilizada a teoria de securitização, desenvolvida no artigo “Security: A new framework for analysis”, escrito por Buzan, Waeber, Wilde em 1998, que fornece uma base teórica para aprofundar a análise da estratégia em si. Sobre a estratégia de autonomia, foi utilizada como fonte secundária o artigo “European Strategic Autonomy: A Cacophony of Political Visions” escrito por Elina Libek, pesquisadora do *International Research Center for Defense and Security*, publicado em 2019, que traz a perspectiva que não existe somente uma, como muitas visões, para cada país membro, do que significa o conceito de Autonomia Estratégica. Também foi analisado o documento “*On the path to strategic autonomy*” elaborado por ANGHEL, Suzana Elena et al, através do European Parliamentary Research Service e publicado online em 2020, por ser um estudo que traz a temática de energia e meio ambiente para a estratégia de autonomia do bloco.

Para o terceiro capítulo, também se fez uso de um instrumento de pesquisa utilizado para demonstrar a opinião pública dos cidadãos da União Europeia, o Barômetro 538 - Mudanças Climáticas, trabalhado de maio a junho de 2023, de autoria da Comissão Europeia.

No que tange a metodologia, é importante colocar que para compreender os desafios e para se pensar possíveis caminhos para a política de transição energética da União Europeia, esta pesquisa lançou mão de uma abordagem interdisciplinar, que envolve diferentes áreas de conhecimento como economia, história e geopolítica. Sendo assim, e diante da impossibilidade de uma abordagem mais profunda e especializada em cada uma dessas áreas, é possível que em alguns momentos o trabalho transite de forma um pouco ligeira ou superficial sobre temas que mereceriam uma análise mais rigorosa e precisa. Esta é uma das limitações desta dissertação.

2 - Capítulo 1 - A Formação da Política Externa da União Europeia e de suas Três Principais Potências.

2.1 - A União Europeia e a origem de sua política externa

Adentrando no panorama histórico da política externa destes países, é fundamental trazer, previamente, uma introdução do que é a UE (União Europeia) e seu resumo histórico e geográfico. A UE se denomina como uma organização política e econômica entre os seus vinte e sete países membros. O bloco que originou a União Europeia foi criado em um contexto de pós Segunda Guerra Mundial e com objetivo principal de estabelecer cooperação econômica dos países europeus e evitar futuros conflitos entre os países do continente.

A partir da assinatura do Tratado de Roma, em 1957, foi criada a Comunidade Econômica Européia (CEE) com seis países: Bélgica, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Holanda. O principal objetivo deste tratado é firmar a integração e o crescimento econômico dos países membros através da criação de um Mercado Comum¹. Em 1993, com o tratado de Maastricht, o nome do bloco passou de: Comunidade Econômica Européia, para: União Europeia. Desde então, mais 22 países entraram no bloco e o Reino Unido saiu oficialmente em 2020.

A partir da segunda metade da década de 1990, os vinte e sete países membros passam por importantes marcos de consolidação político-econômica do bloco, entre eles estão: o desenvolvimento de um Mercado Interno²; A criação do tratado de Schengen³; O estabelecimento do Euro como moeda comum do bloco. Com relação à estruturação interna, a UE conta com três esferas institucionais: i) O Parlamento Europeu é composto por representantes eleitos diretamente pelo voto da população europeia, os quais têm poder legislativo e orçamentário. Além disso, é dever do Parlamento Europeu supervisionar o trabalho da Comissão Europeia. ii) O Conselho da União Europeia é composto por ministros

¹ “Estabelecido em 1957, junto com o CEE, o Mercado Comum tinha como objetivo transformar as condições econômicas das trocas comerciais e da produção no território dos seus seis membros; e constituir um passo para uma unificação política mais alargada da Europa” - Definição retirada do portal EUR-lex. acesso 12/11/2023.

² “Desde a sua criação, em 1993, O mercado interno da União Europeia é um mercado único onde é garantida a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas e no qual os cidadãos podem viver, trabalhar, estudar ou fazer negócios livremente” - Definição retirada do portal EUR-lex. acesso 12/11/2023.

³ “Em 1990 ocorre a Convenção de Schengen, cuja finalidade era instaurar um regime de livre circulação para todos os nacionais dos países signatários, dos outros Estados-Membros da União Europeia (UE) e de certos países não pertencentes à UE” Definição retirada do portal EUR-lex. acesso 12/11/2023

de cada país membro, que coordenam as políticas institucionais do bloco com seus governos locais. iii) O Conselho Europeu consiste nos chefes de Estado dos países membros, e a eles é atribuída a definição das políticas gerais e o direcionamento de prioridades da União Europeia. Em contrapartida, não são eles que aprovam as leis do bloco, pois isso é papel do parlamento europeu. iv) A Comissão Europeia, que é um grupo composto por 27 comissários, incluindo o presidente da comissão. Cada um representa um país do bloco e uma área de responsabilidade, como energia, meio ambiente e saúde. O compromisso deste grupo é atender o interesse geral da União Europeia e de sua população de maneira independente dos interesses políticos dos governos os quais os representam. Como atribuições, a Comissão Europeia tem o direito de propor leis de diversos temas políticos; pode ser solicitada, através do Conselho, Parlamento e dos cidadãos da UE, a apresentar propostas legislativas que serão aprovadas pelo Parlamento Europeu. A partir da exposição desta organização, é possível observar que a União Europeia preza pela ordem na sua estrutura institucional, com cada instância devidamente montada para que suas atribuições sejam claras, com isso a UE passa uma mensagem de poder frente ao cenário internacional através da ideia de funcionamento institucional pleno. Ao decorrer desta pesquisa, será observada a intenção da UE em utilizar a organização e a ordem de sua estrutura para dar força às suas estratégias de política externa energéticas.

Com relação à Política Externa de segurança, que é um dos focos desta pesquisa, o primeiro capítulo desta pesquisa terá como objetivo: 1) analisar a sequência de eventos que foi moldando a estrutura institucional da política externa do bloco, desde os seus primeiros anos para o que ela é hoje 2) Compreender como o surgimento institucional da política externa da União Europeia está diretamente relacionado a temas de defesa bélica e segurança territorial.

Um dos marcos iniciais dessa história ocorreu em 10 de dezembro de 1990, em Bruxelas, onde os Estados membros da CCE discutiram em conjunto o estabelecimento de uma União Económica Monetária e a construção de uma política externa comum. Estas foram ideais embrionárias que originaram o tratado de Maastricht, alguns anos depois, em 1993. O contexto histórico desta transição era: o princípio da dissolução da União Soviética; a queda do Muro de Berlim; e os conflitos separatistas na Iugoslávia. Todos estes eventos históricos colocavam em xeque a ordem bipolar e com isso criaram a necessidade de uma organização da política externa europeia.

Com o objetivo de fortalecer a sua força diplomática em um cenário com tantas instabilidades externas, em 1993, junto com o tratado que originou a União Europeia, surge a

A Política Externa e de Segurança Comum (PESC). A PESC surge com os seguintes objetivos: preservar a paz, reforçar a segurança internacional; promover a cooperação internacional; e consolidar os direitos humanos em prol das liberdades fundamentais⁴. A estrutura da PESC é composta pelo Conselho Europeu que dita as diretrizes da política, pelo Conselho de Ministros, que coloca essas diretrizes em prática, pelo Alto Representativo da UE para Relações Exteriores e Política de Segurança, sigla em inglês (EEAS) e pelos Representantes Especiais da União Europeia, sigla em inglês (EUSRs) que executam a PESC.

Um marco relevante para a composição de uma política externa comum de defesa é a Cimeira de St. Malo em dezembro de 1998. Os chefes de Estado, Tony Blair do Reino Unido e Jacques Chirac da França protagonizaram esse encontro, que originou no ano seguinte, em 1999, a Política de Segurança e Defesa Europeia (PSDE). O objetivo desta política é firmar a União Europeia como um ator participativo no cenário da política internacional, reforçar a importância da UE em possuir autonomia de suas capacidades militares e por fim, enfatizar o princípio de solidariedade europeia com relação aos compromissos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a soberania dos Estados membros. Sendo assim, é possível observar que a tentativa de consolidação de uma política externa comum, tem como prioridade a discussão de uma temática de segurança, com base em defesa militar, como é evidenciado a partir do surgimento da OTAN, mostrando que a preocupação diplomática do bloco está diretamente relacionada à sua estratégia de segurança e defesa. (TEPSA, 2022)

Dando sequência aos marcos históricos, os anos 2000 trouxeram algumas mudanças para a política externa da UE. Em 2003 é criado o Guia Estratégico de Segurança. Este guia descreve as principais ameaças internas e externas que o bloco está sujeito e quais são as estratégias para combatê-las. Como as principais ameaças externas, a UE aponta: terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa, conflitos regionais, Estados falidos e crimes transnacionais. O documento enfatiza a importância de intervir em Estados Falidos com o objetivo de restaurar a boa governança e combater o crime organizado. Por fim, o guia salienta que é fundamental que UE desenvolva suas relações internacionais baseada em um espaço de multilateralismo, através de ordens e regras internacionais. Ao abordar de maneira relacionada, temas como multilateralismo e combate às ameaças externas, demonstra-se mais uma vez que o bloco pauta estas temáticas de maneira conjunta e que sua estratégia de política externa prioriza a defesa e segurança como elementos fundamentais a serem tratados em sua estrutura.

⁴ Definição de acordo com a página oficial da União Europeia “*Foreign policy: aims, instruments and achievements*” acesso 12/11/2023

Dando sequência aos marcos que compuseram a formação da política externa da União Europeia, deve ser mencionado o Tratado de Lisboa. Com este tratado, implementado em 2007, alguns relevantes acréscimos ocorreram na Política de Defesa e de Segurança Comum. Um deles é a transição de status para personalidade legal, o que dá a capacidade da União Europeia assinar acordos internacionais como ator internacional. Ocorre também a transição de nomenclatura de Política de Segurança e Defesa Europeia (PSDE) para Política de Defesa e de Segurança Comum (PDSC). Além da adição do termo comum, que é a palavra base para esse momento do bloco, a revisão da PDSC permite o reforço das capacidades militares do bloco, através da justificativa de promover mais missões para fora da UE, como justificativa da manutenção da paz e atuação direta na prevenção de conflitos internacionais.

Além disso, a estrutura da PDSC funciona da seguinte forma: as decisões relacionadas a essa política são tomadas pelo conselho da União Europeia por unanimidade e implementadas pelo Alto Representante da UE para Relações Exteriores e Segurança. Por último, dentre as mudanças mais relevantes está a cláusula de solidariedade e defesa mútua, em que se um país é atacado, é como se os demais também fossem, o que gera um senso de segurança internacional entre os membros do bloco. Mais uma vez, é possível a percepção de que a estrutura da política externa europeia, vai cada vez mais se moldando para a segurança externa e interna do bloco.

Hoje, a política externa do bloco é coordenada pelo Serviço Diplomático da União Europeia (sigla em inglês: EEAS), que atua desde 2011. Quem fica à frente da EEAS é o Alto Representante de Política Externa e Segurança do Conselho da UE e o vice-presidente da Comissão Europeia. Essa agência atua juntamente com os ministros dos países membros, com os demais órgãos de governança da União Europeia e com organizações internacionais e regionais. Essa agência também é composta por diplomatas dos países membros e é dividida em temas e geografia. Os cinco departamentos desta instituição cobrem: ásia-pacífico / áfrica / europa e ásia central / oriente médio / América. Esse órgão é regido por duas políticas: a "*Common Foreign And Security Policy (CFSP)*" E A "*Foreign Policy Instruments (FPI)*".

A partir do histórico exposto, pode-se observar que a formação institucional da política externa do bloco tem o seu processo histórico atrelado à necessidade do estabelecimento de diretrizes de segurança do bloco. A União Europeia, teve como estratégia moldar os seus aparatos diplomáticos com base nestes preceitos de proteção territorial com o preceito de se defender das ameaças internacionais e além disso, com todas estas medidas externas, o bloco se auto intitula como grande responsável por missões de resolução de

problemas globais em outros países, o que traz a imagem de que o modelo a ser seguido de civilização ideal é o interno à UE e o que vem de fora é incivilizado e precisa ser tratado.

Agora que foi observada a estratégia do bloco com a formação de sua política externa, para a continuidade do desenvolvimento deste trabalho serão analisadas as estratégias de política externa dos três dos principais países que compõem ou que já compuseram o bloco. Será levantada a hipótese teórica de que a política externa do bloco se refere a política externa dos estados, no que se refere a essa divergência entre discurso e realidade e quanto isso gera mais impactos negativos para o bloco do que para os países estudados.

2.2 - Histórico da política externa das três principais potências europeias

Alemanha, França e Reino Unido são as três principais potências europeias e suas estratégias de política externa balizaram historicamente a política de segurança e defesa da UE como um todo. Serão analisados os fatores domésticos, externalidades globais como condicionantes históricas, tendências de integração, suas principais similaridades e diferenças de posicionamento. Para composição do capítulo 1, será analisada a política externa dos três penúltimos líderes de Estado dos países em questão. Isso será feito com o intuito de construir uma base histórica de líderes que já terminaram seus mandatos, permitindo o distanciamento da atualidade como ferramenta de acuracidade na análise.

Levando em consideração o recorte da pesquisa (1995-2022), será feita a apresentação histórica dos principais fatos de política externa dos seguintes primeiros ministros, Tony Blair, Brown e David Cameron. O Reino Unido é globalmente reconhecido como uma potência em termos de política externa. O país conta com um passado imperial (1583 a 1997) que foi marcado por uma rede extensa de atuação colonial nos continentes africano e asiático, atingindo o seu auge em 1941, quando o Reino Unido obtinha domínio sob 84 países ou territórios⁵.

Outro elemento marcante do Reino Unido no cenário internacional é a sua aliança com os Estados Unidos, a qual sempre foi um ponto forte para a política externa do país, já que ambos os países compartilham vínculos de política internacional, por fazerem parte de grupos como a OTAN, G7 e CS (Conselho de Segurança da ONU). A relação econômica entre estes dois países é muito forte, anualmente estas duas nações trocam um valor de 260 bilhões de

⁵ Dado fornecido pelo site <https://www.britishempire.co.uk/timeline/colonies.htm> através do gráfico interativo *The British Empire Visualised* na consulta do ano de 1941, por Darren Chalk acesso 20/11/2023.

dólares em exportações, importações e bens e serviços, além disso, estes Estados são a principal fonte de investimento estrangeiro um do outro, totalizando 1 trilhão de dólares em capital americano investido no Reino Unido e vice-versa⁶.

Ao analisar a política externa britânica da década de 1995 a 2005, pode-se perceber que Tony Blair se aproximou muito dos Estados Unidos, no governo de George W. Bush, principalmente durante a guerra do Iraque, explicitando seu apoio político e militar ao país. Isso não repercutiu bem internamente, causando uma série de protestos, não só no Reino Unido, mas por toda a Europa. Blair não apenas apoiou Bush por meio do discurso, mas também fez ações bélicas de maneira concreta, quando enviou tropas para apoiar os Estados Unidos no conflito. A tensão popular foi tanta, que o seu sucessor, Gordon Brown, foi bem mais cauteloso com relação ao apoio aos Estados Unidos e a Guerra do Iraque o que acabou esfriando a importante relação dos britânicos com os americanos. (LEHNE, 2012).

Com novas eleições em 2010, a expectativa dos britânicos era que com David Cameron, as relações com os EUA pudessem se aquecer novamente, porém com o governo Obama, as mesmas mantiveram-se estáveis. Mesmo assim, Cameron foi considerado ativo no âmbito da geopolítica. Seu objetivo era assegurar a hegemonia do Reino Unido entre os G7 e manter boas relações com as economias emergentes, como os BRICS, Turquia e Indonésia. Em termos de defesa, o Reino Unido já apresentava indícios de afastamento do bloco quando reduziu seu envolvimento geral com a PESC, bloqueando no Conselho Europeu o desenvolvimento institucional de uma sede em Bruxelas e sendo contrário ao aumento de investimento na Agência Europeia de Defesa. (LEHNE, 2012).

Outro capítulo histórico, envolvendo os britânicos, determinante para sua política externa atual, foi a saída do Reino Unido da União Europeia, conhecido como Brexit. O primeiro-ministro David Cameron, como promessa de campanha, autorizou um referendo sobre a permanência do país na União Europeia, realizado no dia 23 de junho de 2016. Aqueles que defendiam a saída do RU (Reino Unido) argumentavam que era custoso demais permanecer no bloco, que os impostos não compensam os benefícios e por fim, estavam insatisfeitos com a presença de imigrantes no país. Na apuração dos votos, 52% da população do Reino Unido votou pela saída da UE, sendo que, dos quatro países da união política do RU, a Inglaterra e o País de Gales votam na saída em sua maioria e a Escócia e a Irlanda do Norte votaram para a permanência, o que demonstra que o Reino Unido, paradoxalmente,

⁶ Dado fornecido pelo site <https://uk.usembassy.gov/our-relationship/policy-history/> Página oficial da embaixada americana no Reino Unido- *Policy & History / Bilateral Economic Relations* acesso 20/11/2023.

estava bem dividido neste referendo. As consequências imediatas deste resultado foram a renúncia do primeiro-ministro e a queda vertiginosa da libra esterlina.

Mesmo com a sua saída do bloco, o RU ainda é um ator de grande relevância para a política externa da União Europeia, por compartilhar do mesmo espaço que o bloco entre os membros do G7, fazendo com que o espaço de política internacional seja comum e também com relação a segurança e defesa, já que o RU compõe o CS da ONU junto com as duas maiores potências do bloco, Alemanha e França. Outro fator que evidencia a influência do RU na política externa da União Europeia é sua participação conjunta na OTAN. Os britânicos continuam sendo o segundo maior contribuinte para a OTAN, depois dos Estados Unidos, somando sua contribuição em 72.7 bilhão de dólares.⁷ Portanto, pode-se observar que mesmo com sua saída, o país ainda exerce uma enorme influência na política da União Europeia, principalmente em termos de segurança.

Dando sequência à análise do histórico de política externa das três principais potências europeias, falarei dos presidentes franceses Chirac, Sarkozy e Hollande. Classificada como a quinta maior economia, e assim como o Reino Unido, um membro permanente no Conselho de Segurança e uma potência militar com armas nucleares, a França não só se apresenta como uma potência europeia, mas sim global. Jacques Chirac atuou como presidente da França de 1995 a 2007. Um dos marcos do mandato de Chirac em termos de política de segurança foi sua relação com a OTAN, já que em 1995 o presidente declara a reintegração francesa ao tratado, revertendo a decisão, de Charles de Gaulle, em 1966, de se retirar da estrutura militar integrada da OTAN.

De acordo com o artigo *“France’s New NATO Policy”* o presidente Chirac afirmava em seus discursos que a França tinha uma independência dentro da OTAN, isso significava que o país tinha sua própria autonomia em termos de estratégia de defesa, mas que ao mesmo tempo assegurava a plena participação da França no comando militar da OTAN, já que durante o seu mandato, a França foi o terceiro maior contingente de tropas e foi o quarto maior contribuinte financeiro na aliança (MÜLLER, 2009).

Ao contrário de Tony Blair, Chirac não apoiou a invasão dos Estados Unidos no Iraque. O presidente francês, por meio de uma declaração oficial do dia 18 de março de 2003, enfatizou que “o Iraque não representa uma ameaça imediata que justifique uma guerra imediata.” Esta postura prejudicou as relações francesas com os EUA.

Após novas eleições, a França teria Nicolas Sarkozy como seu novo presidente. O mandato presidencial de Sarkozy foi de 2007 a 2012. Sarkozy deu continuidade à política de

⁷ Dados retirados do portal *Wisevoter*, do gráfico interativo *“NATO Spending by Country”* - acesso 22/11/2023

integração com a OTAN, iniciada por Chirac, aprofundando ainda mais a participação francesa no tratado em 2009. Dois anos depois, em 2011, intensificaram-se os protestos populares na Líbia, contra o regime de Muammar Gaddafi como parte dos movimentos da Primavera Árabe⁸. Sobre este conflito, Sarkozy em seus discursos, colocava a França no papel de liderança na defesa da intervenção internacional, com o objetivo de combater a crise humanitária e a violência contra civis.

Desta forma, a França, juntamente com outros membros da OTAN, participou em operações militares na Líbia, como a operação *Harmattan* (2011), em que a força aérea francesa, durante 13 dias bombardeou as forças terrestres de Muammar Gaddafi, o que colaborou para sua queda no mesmo ano. Como consequência da guerra, o vácuo político no país levou a disputa pelo poder da Líbia entre o Conselho Nacional de Transição, o Exército Nacional Líbio e o ISIS. Essa transição abre a reflexão se, de fato, a França e a OTAN realmente ajudaram na crise humanitária da Líbia, ou se a sua atuação apenas intensificou o conflito e a perda de vidas humanas no local. De qualquer forma, a intervenção na Líbia serve como um exemplo prático do compromisso renovado da França para com a OTAN, em que Sarkozy prioriza a integração regional de segurança com os países do atlântico norte, e deixa de lado a postura militar mais independente que o país praticava desde o governo de Gaulle em 1966,

Em 2012, a população francesa elegeu François Hollande como seu novo presidente. Assim como seu antecessor, Hollande teve como um dos elementos de política externa intervenções militares em países conflituosos. Durante o seu mandato, Hollande coordenou operações militares em países do continente africano. Como por exemplo, a Operação Sangaris, que ocorreu de 2013 até 2016, na República Centro-Africana, cuja finalidade era pôr um fim a violência sectária entre grupos muçulmanos e milícias cristãs que ocorrem na região; e também a intervenção em Mali, por meio da Operação Serval, 2013, em que tropas francesas foram enviadas para conter o avanço de grupos paramilitares islâmicos na parte norte do país. Outro elemento marcante em termos de segurança, dessa vez sob a perspectiva interna, que Hollande teve que enfrentar, foram os ataques à revista satírica "Charlie Hebdo" em janeiro de 2015, em Paris, que geraram tensões internas e motivaram o governo a tomar medidas antiterroristas.

⁸ “A Primavera Árabe foi uma série de protestos de rua que aconteceram nos países árabes do norte da África e no Oriente Médio, a partir de 2010. O contexto político era caracterizado pela repressão, insatisfação popular, perda de direitos fundamentais, altos níveis de desemprego, corrupção e pobreza.” - Definição fornecida pela Faculdade De Filosofia, Letras E Ciências Humanas da USP - Acesso 22/11/2023.

Por último, traz-se o histórico de política externa da potência germânica. A Alemanha tem a maior população da Europa e se caracteriza por ser a quarta maior economia do mundo. Durante os anos de 1995 a 2022 o país contou com três Chanceleres (Kohl, Schröder e Merkel). Se existem pontos balizadores que podem caracterizar a política externa alemã de Kohl é a ênfase em dois: o discurso de integração regional à União Europeia e a aliança com a França que compartilha deste mesmo objetivo. Kohl, que liderava uma Alemanha recém reunificada (1990) e foi um dos líderes europeus que mais incentivou a implementação do tratado de Maastricht e a implementação do Euro como moeda única. O fato de Kohl ser favorável à implementação destes dois marcos demonstra o seu ímpeto para a integração europeia.

Com relação a parcerias transatlânticas, a Alemanha mantém boas relações com os Estados Unidos e com o Canadá. Logo após a segunda guerra mundial, a Alemanha sofreu um processo de desmilitarização, que fez com que o país visse com bons olhos a aproximação com os EUA e também o fortalecimento da OTAN. Com relação à defesa, pode ser observado um movimento de desmilitarização na política externa do país. Um importante marco para a política externa de defesa alemã foi a operação de paz UNPROFOR, durante o governo Kohl. Durante este período, a política interna alemã se dividiu. Enquanto partidos mais à direita apoiaram uma operação com perfil militar, alegando que era papel da Alemanha contribuir com a OTAN, partidos mais à esquerda criticaram o envolvimento bélico no conflito, enfatizando que a solução seria através de ajuda humanitária e ao combate à violação dos direitos humanos locais. A pressão por uma intervenção com mais força militar acabou sendo superior e com isso surgiu a operação denominada de: “*Operation Deliberate Force*”, missão da OTAN que ocorreu em junho de 1995, em território bósnio, durante o conflito vigente. É importante destacar que essa foi a primeira operação armada alemã desde a segunda guerra mundial. (LEHNE, 2012)

Durante o seu governo, Schröder deu continuidade à política de Kohl em dois aspectos: em relação à aproximação aos Estados Unidos com objetivo de fortalecer a relação alemã com a OTAN e à política de integração europeia, mais especificamente quando trabalhou em favor da ratificação do Tratado de Nice que visava a expansão do bloco para absorção de mais países. Schröder estabeleceu laços estreitos com Rússia, no governo Putin, e um dos marcos desta aliança foi a construção do oleoduto Nord Stream, que passa por diversos países não pertencentes à UE e é fundamental para o abastecimento energético do país, trazendo 55 bilhões de metros cúbicos adicionais de gás natural para a Europa todos os anos. Esse projeto estabeleceu uma relação de interdependência entre Alemanha e Rússia, que

futuramente, com os conflitos que serão explorados mais a frente nessa pesquisa, deixará não só a Alemanha, mas como toda a Europa em uma crise multi esférica. (OTTENS, 2011)

Por mais que esta medida de política externa de aproximação com a Rússia tenha trazido uma dependência do consumo energético de petróleo e gás para a Alemanha, vale destacar também que durante o governo de Schröder houve projetos para implementação de energia limpa no país, através da lei EEG 200 como descrito por SOARES, Marcus Filipe Vieira *et al*:

“A lei EEG 2000 teve como proposições o crescente número de turbinas eólicas, o compromisso, de acordo com o Protocolo de Kyoto, de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 21% até 2010 e o acoplamento das tarifas de energia renovável ao desenvolvimento do preço da energia elétrica, que deixou de garantir a operação econômica de usinas de geração a partir da operação de usinas de fontes renováveis.” (SOARES et al, 2019)

Após Schröder, Angela Merkel serviu como Chanceler da Alemanha. Seu mandato durou de 2005 a 2021. Em termos energéticos, um marco fundamental para a Alemanha foi o desastre nuclear que ocorreu no Japão em 2011. Esse evento fez com que Angela Merkel invocasse uma moratória que faria com que a Alemanha abandonasse completamente o uso de energia nuclear até 2022. Esse evento simbolizou uma reviravolta completa do direcionamento energético que a Alemanha estava seguindo, pois antes deste movimento de Merkel, era um consenso político alemão o uso civil de energia nuclear, até mesmo uma série de reatores teriam sido prolongados para outubro de 2010, seis meses antes do desastre em Fukushima. (PATRICK A. MELLO, 2020)

Em termos de energia renovável, Angela Merkel deu continuidade a lei EEG 2000 e suas diretrizes de implementação de energia limpa, prometendo reduções significativas nas emissões de gases com efeito de estufa como parte da “*Energiewende*”⁹. Um exemplo do governo de Merkel, em termos de transição energética, é a sua política de redução de plantas de carvão, traçando roteiro que incluía o encerramento de centrais elétricas alimentadas a carvão ao longo de um prazo especificado, criando em 2018 a Comissão do Carvão. O objetivo é encerrar 12,5 GW de capacidade energética a carvão até 2022 e outros 25,6 GW até 2030.¹⁰

⁹ De acordo com a definição disponível no portal do - *Journalism for the energy transition - Germany's Energiewende – The Easy Guide* esse termo significa o plano de transição planejada do país para uma economia de baixo carbono e livre de energia nuclear.

¹⁰ Dado disponível na matéria: “*Germany to quit coal by 2038, under commission proposal*” Acesso 25/11/2023

Após analisar o histórico de política externa do bloco na subseção 1.1 foi possível observar que o processo de formação da política externa da União Europeia teve como ênfase a segurança do bloco frente aos cenários de instabilidades e conflitos internacionais. Alguns elementos que evidenciam esse foco é o fato do EEAS investir tanto em missões militares e internacionais, como colocado ao longo da subseção. Outras duas instâncias do bloco que evidenciam o fato da política externa estar muito voltada à defesa e segurança é o fato da política de segurança estar integrada com uma política de defesa, já que a PDSC faz parte da PESC, como destaca o trecho *Common security and defence policy* disponível na página oficial do bloco:

“The common security and defence policy (CSDP) is an integral part of the EU’s common foreign and security policy (CFSP). The CSDP is the main policy framework through which Member States can develop a European strategic culture of security and defence, address conflicts and crises together, protect the Union and its citizens, and strengthen international peace and security” (UE, acesso 25/11/2023)

O fato de existir duas instâncias com o mesmo objetivo demonstra o esforço do bloco em construir a sua política externa com estas estruturas de proteção, defesa militar, intervenções externas com missões de paz.

Em seguida, na subseção 1.2, a análise mais minuciosa em relação à política externa de cada um desses países em questão, revela que as suas motivações de política externa apresentam inconsistências na relação teoria e prática na sua política externa, em que a teoria é manter a segurança da União Europeia, mas que na prática os países do bloco gastam cada vez mais em atividades bélicas e seguem investindo em operações militares externas. O ponto de divergência entre o bloco e os países que o compõe está no impacto dessa inconsistência, já que a perda de credibilidade do discurso para uma organização internacional, como a UE, gera mais impactos negativos do que a detecção de incongruências em discursos dos Estados, que se legitimam e sua própria soberania, enquanto as OIs, como a União Europeia, necessitam da solidez em sua relação de teoria e prática para manter a legitimidade de sua política externa frente ao cenário internacional.

Dada a detecção dessa inconsistência entre discurso e prática na política externa de segurança do bloco e dos seus países membros, cria-se um novo questionamento: como a população europeia enxerga isso? Na próxima subseção será explorado um elemento de identificação, mostrado por Habermas e Derrida. Este elemento de identificação surge

justamente com a crítica à guerra e com a presença bélica em outros e as supostas missões de “paz”.

2.3 - A identificação europeia e a segurança como elemento de unificação

Muito se discute e se estuda a respeito da formação dos Estados europeus. Por toda a parte, encontramos livros de história que dedicam extensos capítulos para esse processo e o quanto ele é pautado por guerras, expansão territorial, inícios e fins de impérios e mais recentemente, a formação de um bloco comum. Para esta pesquisa vale analisar um dos inúmeros desdobramentos desse processo de formação da UE, que é justamente a busca por um elemento de identificação comum para os seus cidadãos? Qual seria o elemento de insatisfação comum capaz de unir um povo europeu de diferentes nacionalidades?

15 de fevereiro de 2003. De acordo com os autores, Jürgen Habermas and Jacques Derrida, esse marco histórico pode ser considerado o nascimento de uma esfera pública europeia. Nesta data, foi observado um massivo movimento popular, em que as grandes capitais do continente europeu tiveram suas ruas lotadas de manifestantes, com uma voz unânime contra a invasão bélica dos Estados Unidos no Iraque. A insatisfação bélica foi o ponto comum entre a população da UE. O envolvimento com a guerra do Iraque fez com que a população europeia colocasse em xeque a política externa dos seus líderes, enfatizando as suas falhas e contradições que já vinham sendo expostas há muito tempo. A população e os veículos de mídia e comunicação disparavam fortes críticas aos governos europeus a respeito de sua política internacional, com relação ao papel das Nações Unidas nos conflitos externos. (HABERMAS e DERRIDA, 2003)

No texto, os autores chamam a atenção para um apelo público a favor de uma União Europeia que priorize e incentive uma população mais politicamente participativa. Esse apelo futuramente culminaria nas reformas do tratado de Lisboa em 2007, que deram mais participação política ao parlamento europeu. De acordo com Habermas e Derrida, o compartilhamento de um futuro comum pacífico no horizonte de destino é o que poderia unificar as minorias e as majorias do bloco, não só no momento de identificação, mas também na intenção de manutenção da paz como desejo comum. (HABERMAS e DERRIDA, 2003)

Esse elemento de unanimidade pública a respeito da crítica à guerra e o favorecimento da paz é consequência direta da política externa de defesa da União Europeia, que para compor a sua política de segurança enviou tropas a outros países, participando de conflitos e guerras. Dada essa relação entre a distorção do discurso de segurança, a presente pesquisa

busca encontrar outra relação em que o discurso de segurança é distorcido a partir de outro âmbito político da União Europeia, desta vez da política energética.

Sendo assim, para contribuir na construção dessa ideia, o próximo capítulo desta pesquisa tem o objetivo de encontrar essas distorções e inconsistências, desta vez analisando a política externa energética do bloco, para isso, serão analisadas as três possibilidades de estratégias de política externa (interdependência, securitização, autonomia) e suas aplicações práticas nos três países-chave, dentro da temática de transição energética e meio ambiente. Pois assim como a guerra do Iraque trouxe esse questionamento público de um posicionamento geopolítico europeu, a questão das mudanças climáticas e a necessidade da reestruturação de uma política energética também faz com que a população europeia pressione seus governantes para ações concretas de políticas internacionais.

3 - Capítulo 2 - Independência, Securitização e Autonomia, uma Análise de Três estratégias de Política Energética da União Europeia.

3.1 - A relação entre Rússia e União Europeia: interdependência

Para o início da compreensão desta relação, serão colocadas as capacidades energéticas que a Rússia tem em relação ao gás natural e o petróleo e de que maneira essas capacidades influenciam na sua relação energética com a União Europeia. De acordo com dados fornecidos pelo governo brasileiro, a Rússia tem a maior reserva de gás natural do mundo, com 37,4 trilhões de m³, o que representa 19.9% do total mundial¹¹. O país lidera outra estática de gás natural, sendo o maior exportador deste produto de acordo com Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, vendendo para o exterior cerca de 241 bilhões m³, o que representa 20% da quantidade global de gás natural exportada globalmente¹². Em termos de produção de gás natural, a Rússia ficou em segundo lugar com a produção de 638,5 bilhões de m³, ficando atrás apenas dos Estados Unidos que produziram 914,6 bilhões de m³ de gás natural em 2022.¹³ Portanto, a partir destes dados apresentados, pode se observar que a Rússia é o maior exportador, o país com a maior reserva e o segundo maior produtor de gás natural do mundo, atingindo essas proporções através de suas empresas estatais Gazprom e Transneft.

Com relação ao petróleo, a sua capacidade é igualmente expressiva. De acordo com dados fornecidos pelo governo brasileiro, em 2021 a Rússia produziu cerca de 12% do

¹¹ GOV, brasil Centrais de Conteúdo e Publicações - Anuário estatístico - Arquivo, 2023, pág 5

¹² IBP, Maiores exportadores de gás natural, 2022.

¹³ GOV, brasil Centrais de Conteúdo e Publicações - Anuário estatístico - Arquivo, 2023, pág 6

volume global de petróleo, se colocando como o terceiro maior produtor do mundo e alcançando a marca de 9.7 milhões de barris de petróleo produzidos por dia¹⁴, ficando atrás apenas da Arábia Saudita, que ocupa a segunda posição, com a produção de 12 milhões de barris por dia e os Estados Unidos, que lidera o ranking com o volume médio de 13.1 milhões de barris por dia produzidos¹⁵. O destaque da Rússia no segmento petrolífero se dá por meio das empresas Rosneft, Lukoil, Novatec e Surgutneftegas.

A partir destes dados, observa-se que a Rússia tem uma enorme capacidade energética nos setores de gás e petróleo. Dada às devidas proporções às capacidades russas nestes dois segmentos energéticos, é necessário analisar como esse poder está relacionado às relações entre o país e a UE. A ascensão energética Russa e a aproximação do país com a União Europeia, aconteceram de maneira conjunta, como mostram os seguintes fatores. Um dos motivos que pode explicar a ascensão energética russa é a alta no preço do petróleo de 1998 para 1999. Este fenômeno econômico permitiu que as estatais russas pudessem expandir o cumprimento territorial de seus dutos, os seus investimentos externos e assim, adquirir mais reservas no exterior. (SKURBATY, 2007)

Alguns exemplos dessa expansão que podem ser citados: Em 2001, as estatais russas de petróleo extraíram óleo de países como: Argélia, Sudão e Líbia; A petrolífera russa LUKoil adquiriu refinarias na Ucrânia, Romênia e Bulgária¹⁶. Outro fator, deste mesmo ano, que demonstra essa aproximação entre o bloco e a Rússia é o acordo firmado em janeiro de 2001, o “*EU/Russia Summit Joint Declaration - IP/00/1239*”, assinado pelo atual presidente russo, Vladimir Putin, por Jacques Chirac presidente da França e por Romano Prodi, Presidente da Comissão das Comunidades Europeias. Essa declaração tinha como objetivo fortalecer as relações de diálogo e cooperação entre a Federação Russa e a União Europeia em temas de segurança e energia. (HILL, 2002)

A declaração adiciona uma camada no discurso destas duas temáticas, ao já vigente Acordo de Parceria e Cooperação de 1997, que facilitava a troca comercial, parceria política e cooperação bi-lateral entre o bloco e a Rússia. Em termos de segurança, a declaração enfatiza a importância do controle de armas e não-proliferação e destaca a cooperação na gestão e operação de crises. Sobre energia, a declaração coloca em evidência os seguintes itens: (i) Cooperação energética; (ii) Infraestrutura de produção energética; (iii) Transporte e investimento conjunto nos setores de energia¹⁷. Por fim, pode ser observado que a ascensão

¹⁴ IBP, Projeção para a produção de petróleo da Rússia, 2022

¹⁵ GOV, Brasil Centrais de Conteúdo e Publicações - Anuário estatístico - Arquivo, 2023, pág 2

¹⁶ HILL, Fiona Russia: The 21st Century's Energy Superpower? - Brookings, 2002.

¹⁷ EU/Russia Summit Joint Declaration - European Commission, 2001.

energética russa e a aproximação do país com o bloco, ainda com ênfase em temáticas energéticas, ocorreram em conjunto e de maneira institucional, priorizando interesses econômicos sendo esse um elemento fundamental para analisar a interdependência destes dois atores.

A interdependência entre a União Europeia e a Rússia influenciou diretamente nas medidas políticas e econômicas do setor energético de ambos os atores. A expansão citada da indústria russa de gás e petróleo fez com que o país pudesse ter uma maior oferta da matéria prima, com preços reduzidos. De acordo com dados fornecidos pelo *European Parliamentary Research Service*, a Rússia é o principal fornecedor de petróleo bruto e gás natural para União Europeia, que importa 30% e 40%, respectivamente, destes dois combustíveis¹⁸. (ANGHEL, Suzana Elena et al, 2020)

A União Europeia, por seu um ator com alto teor de consumo energético, precisa buscar recursos externos para compor sua reserva, sendo assim, os esforços de aproximação do bloco com a Rússia fizeram com que surgisse a interdependência energética, de finalidade econômica, entre esses dois atores. De um lado, a Rússia que precisa ofertar seu petróleo e gás, pois tem sua economia extremamente dependente da exportação destes hidrocarbonetos e do outro lado, a União Europeia, que tem uma demanda altíssima por energia externa, pois não dá conta de produzir internamente o que precisa, contando apenas com 1% das reservas mundiais de petróleo, 1.5% das reservas mundiais de gás natural e 4% das reservas de carvão¹⁹.

Portanto, observa-se que outro elemento que compõe essa interdependência é a união entre a oferta energética da Rússia e a demanda energética do bloco. A busca por estabilidade se dá justamente pois ambos os atores se beneficiam de um cenário estável, ou seja, quando há alguma tensão ou conflito que possa abalar essa interdependência, ambos os atores buscam soluções diplomáticas para manutenção dessa estabilidade, para manter os benefícios econômicos desta relação. Para que a União Europeia continue crescendo economicamente ela precisa dos recursos energéticos da Rússia, e ao mesmo tempo a Rússia precisa continuar a sua exportação energética para o bloco que é o que mantém a sua economia ativa e sua indústria em crescimento.

¹⁸ “Russia remains the main external supplier in the case of both crude oil (30 % of EU imports) and natural gas (40 % of EU imports) (see also section 4.1.1), EPRS ANGHEL, Suzana Elena et al, 2020.

¹⁹ “A UE é o maior consumidor de energia do mundo, mas detém poucos recursos naturais, o que provoca que mais de metade do consumo interno bruto de energia do bloco tenha origem em fontes importadas” (FERNANDES, Carla) p. 83-99, 2015

Segundo os autores, Pedro Camacho e Carla Fernandes, a sustentabilidade, a eficiência e a segurança do abastecimento de energia europeu serão melhor alcançadas não pela decisão precipitada de reduzir a dependência do gás russo, mas pela criação de uma ‘interdependência’ gerida de forma cuidadosa e cooperativa entre a Europa e a Rússia (CAMACHO e FERNANDES, 2019)

Mas porque a União Europeia opta por importar tanto volume em material energético da Rússia, mesmo com o fato desta não diversificação apresentar ameaças relacionadas a volatilidade que o país apresenta com relação a conflitos externos próximos à sua fronteira? O Kremlin, em mais de uma ocasião, fez uso de seu poder em ações militares contra Estados soberanos, como no caso da Geórgia em 2008 e Ucrânia em 2014, na tentativa de anexação da Crimeia e em 2022 com ataques militares diretos ao país. Estes conflitos geram instabilidade na relação de oferta e demanda de óleo e gás, que comprometem as relações políticas e econômicas entre o bloco e o país, como o surgimento de sanções econômicas, colocadas por organizações e Estados, como tentativa de frear as ofensivas russas.

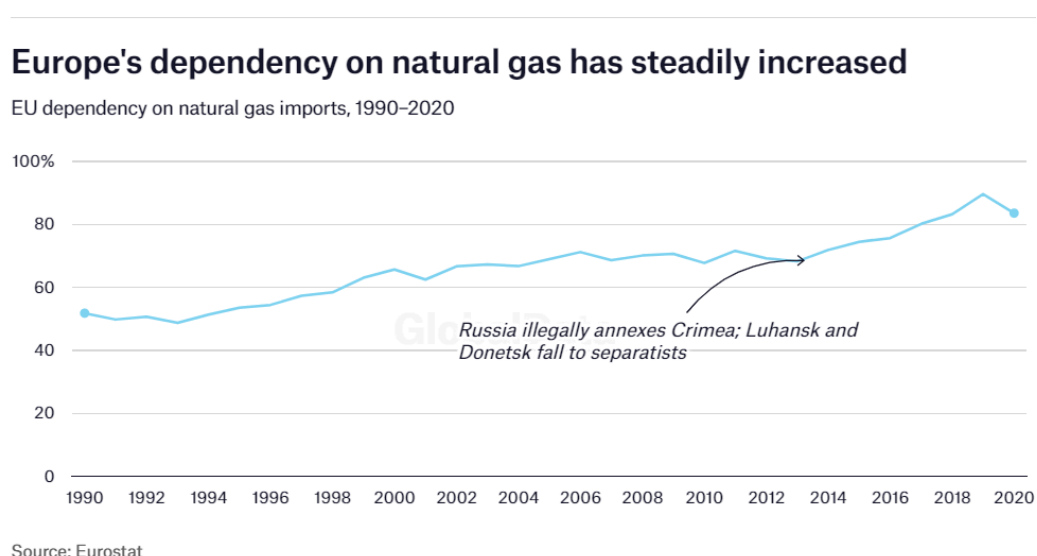
Um dos motivos que pode responder esse questionamento é que a Rússia oferece um preço muito mais atrativo que seus concorrentes como Turcomenistão, Catar e Argélia (HARSEM, 2013). Esse custo benefício vem atrelado ao aparato logístico de diversos gasodutos fornecidos pela gigante empresa russa Gazprom, a maior exportadora de gás natural do mundo. Durante os anos de 1998 e 2005, o ex-chanceler alemão Gerhard Schröder e o atual presidente russo Vladimir Putin mantiveram relações próximas e com isso, seus países avançaram em negociações acerca de acordos energéticos. A proximidade destes dois líderes pode ser observada como mais uma demonstração de interdependência entre o bloco e país, já que esse fortalecimento de laços se deu simultaneamente a seus países estabelecerem acordos energéticos para benefício econômico de ambos.

A dependência de gás natural russo por parte da UE vem aumentando gradativamente. De acordo com dados fornecidos pelo Eurostat, em 2014 o grupo apresentou uma dependência de importação de 72% do seu gás natural. Em 2017, essa dependência chegou a 80% e, em 2019, atingiu seu auge, com a necessidade de importação de 90% do gás natural consumido internamente. Segundo a Agência para a Cooperação dos Reguladores de Energia (ACER, sigla em inglês), a União Europeia importou cerca de 155 bilhões de metros cúbicos de gás natural da Rússia em 2021. Isso corresponde a 40% do consumo total de gás da UE. (ACER, 2021).

O gráfico apresentado abaixo destaca um marco histórico: a anexação da Crimeia ao território russo, ocorrida em 2014. Como resposta a essa ofensiva, a União Europeia

estabeleceu sanções contra a Rússia em algumas vertentes, como restrições de circulação de indivíduos russos nas fronteiras europeias e também o bloqueio de ativos econômicos europeus de empresas e pessoas russas. Porém não há sanções que impeçam o fluxo de gás natural. Portanto, a partir destes dados apresentados, é possível observar que a dependência de gás natural da UE com relação à Rússia é crescente e segue aumentando ao longo dos anos, independente de fatores externos, como a invasão à Crimeia. Outra análise destes dados é que as sanções impostas não afetam áreas econômicas estratégicas e de interesse mútuo, como a exportação russa de gás para a UE, cuja economia de ambas as partes é dependente da oferta e da demanda deste combustível fóssil.

Figura 01: A dependência da União Europeia com relação ao gás natural russo.



Fonte: Eurostat, 2020

O segundo fator que coloca a Rússia como um ator determinante para o abastecimento energético da UE é a posse de dutos que transportam gases por toda a Europa. No início do período da Guerra Fria, a Rússia já possuía uma extensa rede de dutos que abasteciam países de toda a União Soviética. Contudo, foi a partir da década de 1960 que o país se tornou uma superpotência na capacidade de gás natural e começou a expandir seu mercado para a Europa. Um dos fatos que desencadeou esse protagonismo foi a descoberta, em 1966, do Urengoy, o

segundo maior campo de gás natural no mundo, localizado na Sibéria, com reserva de 10 trilhões de metros cúbicos²⁰.

Em seguida, entre os anos de 1968 e 1973, inicia-se um fluxo massivo de gás natural da Rússia à Europa, por meio da Áustria, que foi o primeiro país do oeste europeu a assinar um contrato de gás com a União Soviética, através da estatal russa OMV, que entre 1968 e 2017 exportou 218 bilhões de metros cúbicos de gás natural para a Áustria²¹. Mesmo sofrendo uma forte pressão dos Estados Unidos durante a década de 1980, no auge da guerra fria, a indústria de gás natural da União Soviética seguiu em ascensão, conquistando cada vez mais espaço na Europa ocidental, que a medida que se industrializava, tornava-se mais interessada em recursos naturais da Rússia, que além de apresentar sólida e ascendente estabilidade econômica, se mostrava mais estável que os países árabes, concorrentes no fornecimento de petróleo, cuja geopolítica estava abalada após as duas crises do petróleo de 1973 e 1979. Na transição dos anos 1990s para os 2000s, com o *boom* das commodities e com o início do governo Putin, que nacionalizou a maioria das empresas desse segmento, a Rússia conquistou o monopólio do setor de gás e de transporte dutoviário, através do Nord Stream, Blue Stream, entre outros. (OMV, 2023)

Um terceiro fator que mantém a interdependência da UE com os hidrocarbonetos russos é a influência russa na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A organização atua através do cartel estabelecido entre os países membros, os quais coordenam sua produção de petróleo para controle de preço. É do interesse de Vladimir Putin manter bons laços geopolíticos com esses países, para influenciar na coordenação desses fatores a seu favor, principalmente em um momento de tensão e aumento de sanções por parte da UE. Dessa maneira, mantém-se a atratividade de preços baixos do petróleo russo assegurando a demanda dos importadores europeus. (ANDREATTA, 2022)

Além de uma ampla rede logística de distribuição de gás e petróleo e uma forte influência na OPEP, a Rússia consegue se manter forte no segmento energético global através de sua presença geopolítica no Oriente Médio. Como por exemplo, a presença da Rússia na Síria que, através do apoio de Bashar Al-Assad, conseguiu impor atividades de extração de gás e óleo no país. Outra maneira de assegurar influência internacional foi através da boa relação de Putin com Maduro. O apoio do Kremlin, que é fundamental para o governo de Nicolás Maduro na Venezuela, fez com que empresas russas pudessem comprar quantidades

²⁰ Gazprom dobycha Urengoy Archives 2012-05-11 Wayback machine, acesso 26/09/2023

²¹ OMV Group - 50 years of reliable supplies of Russian gas to Austria, acesso 26/09/2023

consideráveis de reservas e meios de extração do petróleo venezuelano. (ANDREATTA, 2022)

Portanto, a relação de oferta Russa e a demanda da União Europeia em termos de gás natural e petróleo é interdependente. De acordo com o que foi demonstrado na subseção acima, a relação destes dois atores foi pautada desde o seu início em acordos e condições responsáveis pela solidificação dessa relação comercial energética. Mesmo com os conflitos geopolíticos, as recessões econômicas e as sanções impostas em outros setores, a exportação de gás e petróleo russo ainda é vital para União Europeia e a manutenção desta dinâmica está em prioridade na sua estratégia de política externa, que visa manter essa relação a curto e médio prazo.

Apresentada a análise estratégica de interdependência da UE com relação aos recursos energéticos russos e suas ferramentas e características que sustentam a sua manutenção, cabe o olhar para outra perspectiva de política externa, a da securitização. Na próxima subseção, a ideia é analisar a teoria de securitização e como se dá sua aplicação na administração energética do bloco.

3.2 - A securitização energética

Segurança e energia são pautas que caminham juntas. Esta relação se faz presente em qualquer esfera, desde a mais local, em que o prefeito precisa gerir a energia dos bairros em que governa, para garantir a segurança dos seus habitantes, até a esfera mais ampla, em que líderes de Estado precisam tomar decisões estratégicas em termos de energia, como: Estabelecer normas de eficiência energética, com o objetivo de otimizar o armazenamento, o consumo e a distribuição dos seus recursos e Diversificar suas fontes de energia, investindo na produção de energia sustentável, com o objetivo de aumentar a segurança energética do país.

Isso apenas considerando a gestão interna, enquanto que a política energética internacional é tão importante quanto, já que a maneira com a qual o país projeta sua estratégia de energia, para o cenário internacional, pode ser determinante para o seu crescimento econômico e desenvolvimento social. Por exemplo, fazer uso da diplomacia com o objetivo de garantir o acesso aos recursos energéticos de países estrangeiros, estabelecer acordos bilaterais com objetivo de garantir o fornecimento de fontes de energia para suprir uma oferta ou demanda, participar de organizações multilaterais, como a OPEC e a Agência Internacional de Energia (AIE) com o objetivo de ter influências em políticas globais. Dadas às diretrizes de política energética em suas respectivas esferas, é necessário entender como essa temática passa a ser tratada como pauta de segurança.

No início do debate teórico das Relações Internacionais, o tema da segurança girava em torno de capacidades bélicas, soberania militar, proteção fronteiriça e outros temas relacionados à guerra e ao poder. Com o avanço nos debates teóricos e empíricos, os estudos de segurança passam a abarcar outras temáticas, tais como: meio ambiente, economia, tecnologia, questões sociais, abastecimento energético, entre outras. Além disso, o Estado não é mais um ator central. Outros atores como organizações não governamentais, grupos multilaterais e corporações multinacionais passam a ter sua própria pauta de securitização.

De acordo com Barry Buzan, Wæver, Wilde, securitizar significa abordar um determinado tema através de uma pauta de segurança, nos moldes institucionais e governamentais. As ameaças, que são objetos deste estudo, podem ser consideradas como tradicionais ou não tradicionais. As tradicionais têm cunho militar e bélico, enquanto as não tradicionais estão relacionadas a outros fatores, como crises econômicas, refugiados e aquecimento global.

“Instead, we want to construct a more radical view of security studies by exploring threats to referent objects, and the securitization of those threats, that are nonmilitary as well as military. We take seriously the traditionalists’ complaint about intellectual incoherence but disagree that the retreat into a military core is the only or the best way to deal with such incoherence” (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998, pp. 4-5)

De acordo com Buzan, Wæver e Wilde, existe um processo para qual um tema torna-se securitizado. Este processo se divide em três configurações: Não Politizado, Politizado e Securitizado. Como explica abaixo Silva e Pereira.

[...] “A teoria considera que um assunto está situado em “não politizado” quando não é objeto de debate ou decisão pública. O assunto torna-se “politizado” quando ingressa na agenda de políticas públicas e requer decisões governamentais, alocação de recursos ou qualquer outra política específica. E torna-se “securitizado” quando é apresentado, perante uma audiência pública, como ameaça existencial que requer medidas emergenciais situadas fora dos limites dos procedimentos normais da tomada de decisão política. Quando o tema retorna à etapa de politização, pode-se afirmar que houve um processo de dessecuritização”. (SILVA, PEREIRA, 2019, p. 4)

A temática do clima passa por essas três configurações, primeiramente como não politizado, quando o tema não era discutido em painéis governamentais. Em seguida, com a

Eco-92, que ocorreu entre os dias 03 e 11 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, a temática de segurança ambiental passa a se tornar politizada, pois ingressa na agenda de política pública e governamental. A terceira configuração do processo, descrita por Buzan, Wæver e Wilde é quando o tema de fato se torna securitizado, sendo oficialmente colocado como ameaça à existência humana, sendo o Acordo de Paris, um possível marco para essa terceira configuração, já que ele oficializa às mudanças climáticas como ameaça global. Estabelecido em 2015, através da Conferência das Partes 21, o acordo de Paris pode ser um exemplo de securitização climática, apresentando às mudanças climáticas como ameaça existencial que requer medidas emergenciais, como as metas de redução de carbono e obrigação de manter o aumento da temperatura global entre 1.5 e 2 graus celsius. (BUZAN et al., 1998)

“Recognizing the need for an effective and progressive response to the urgent threat of climate change on the basis of the best available scientific knowledge,” (UNFCCC, 2015)

Estas etapas podem ser observadas dentro do contexto de securitização ambiental. Contudo, pode-se observar que, primeiramente, a temática de securitização ambiental e securitização energética não eram associadas na esfera de política internacional e com o passar do tempo passaram a ser pautas relacionadas. A resolução final do acordo de Paris, considerado um dos marcos principais da política internacional ambiental, não faz menções às pautas de segurança energética. A única menção da palavra “energia” no documento é citando a participação na conferência da Agência Internacional de energia atômica como observadora:

[...] “The United Nations and its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency, as well as any State member thereof or observers thereto not party to the Convention, may be represented at sessions of the Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to this Agreement as observers.” [...] (UNFCCC, 2015)

Não há metas ou métricas que associam diretamente o consumo e a produção energética como causa das mudanças climáticas na resolução final do acordo. Isso significa que o Acordo de Paris, que tinha como principal finalidade promover um documento unificado com objetivos concretos e alcançáveis a serem cumpridos para diminuir os impactos

ambientais, não aborda a importância da utilização de energia limpa nesse processo e também não apresenta estratégias de transição energética.

A resolução do G7 do ano anterior, de 2014, pelo contrário, aborda a securitização energética e ambiental de maneira detalhada e extensiva, e propõe pautas conjuntas de energia e meio ambiente. Como mostra a passagem abaixo do documento: “*Rome G7 Energy Initiative For Energy Security Implementation Report*” na seção de Medidas a Médio e Longo Prazo, letra A, ponto 5, “*Making progress towards decarbonization of the energy sector and diversification of sources of supply*”

[...] Prioritize energy security and the transition to a safe and sustainable low carbon economy: [...]. This reflects the fact that the transition to a competitive low-carbon economy together with the achievement of a well-functioning and interconnected internal energy market and the strengthening of the external dimension of EU energy policy will reduce the dependence of the EU on imported fossil fuels by moderating energy demand, and by increasing the energy supply from safe and sustainable low-carbon technologies, especially renewables and other indigenous resources. [...]
(G7, 2014)

Isso pode ser um indicativo de que a União Europeia trata essa associação entre a securitização climática e a securitização energética com mais ênfase em uma escala regional do que internacional. Levando em consideração que o acordo de Paris, da UNFCCC conta com a assinatura de 175 atores (174 países mais a União Europeia) contando a com presença de um corpo internacional extenso e o G7 conta com um corpo mais restrito de atores: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, União Europeia, contando apenas com a presença países do Norte Global. essas métricas de segurança energética e ambiental, associadas, que estavam sendo discutidas no G7 de 2014 poderiam ter aparecido no acordo de Paris, o que seria um ponto positivo para o avanço nas discussões climáticas em escala global. Contudo, ao longo dos últimos anos, é possível observar uma mudança nesse sentido. Em 2022, A Conferência das Partes (COP) da UNFCCC de número 27, foi realizada entre os dias 6 e 18 de novembro no Egito, em sua resolução final, traz elementos que mesclam os debates de securitização ambiental e energética, em que no ponto 3 se destinam três subpontos para abordar a questão energética:

[...] Emphasizes the urgent need for immediate, deep, rapid and sustained reductions in global greenhouse gas emissions by Parties across all applicable sectors, including

through increase in low-emission and renewable energy, just energy transition partnerships and other cooperative actions [...]. Recognizes that the unprecedented global energy crisis underlines the urgency to rapidly transform energy systems to be more secure, reliable, and resilient, including by accelerating clean and just transitions to renewable energy during this critical decade of action [...]Stresses the importance of enhancing a clean energy mix, including low-emission and renewable energy, at all levels as part of diversifying energy mixes and systems, in line with national circumstances and recognizing the need for support towards just transitions; (UNFCCC, 2022)

A COP 27, demonstra em sua resolução, as temáticas de meio ambiente energia aparecem associados em um fórum de discussão global, ao invés de aparecerem restritas em escala regional, apenas nas discussões fechadas do G7. Estas menções firmadas na COP representam uma declaração, em que diversos países estão de acordo com o fato da transição energética para o menor consumo de carbono, é elemento fundamental para resolução da crise climática. Por fim, A União Europeia, se beneficia quando associa as temáticas de securitização ambiental com securitização energética, pois assim pode estipular metas conjuntas, já que não se pode discutir clima sem pensar em soluções energéticas e vice-versa.

A UE, em sua política energética, utiliza estratégias de securitização para discutir a temática ambiental nos fóruns de política internacional com o objetivo de se apresentar como um ator líder em transição energética, que é um tema chave de discussão interna e externa para o bloco. Agora que foram exploradas as estratégias de política externa da União Europeia, de interdependência sob o contexto do comércio de gás e petróleo com a russa e de securitização sob o contexto das mudanças climáticas, cabe analisar a terceira estratégia de política externa da União Europeia, a de Autonomia.

3.3 - Autonomia na política externa da União Europeia

Para melhor compreensão da estratégia de autonomia na política externa da UE será analisado o documento *“On the path to strategic autonomy”* elaborado pelo *European Parliamentary Research Service*. De acordo com o documento, desde o Tratado de Lisboa, em que o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia têm tido mais poder e participação político-institucional, tem se discutido cada vez mais a importância da autonomia estratégica como mecanismo de enfrentamento às ameaças comuns ao grupo. O documento coloca dois

elementos como chave para a União Europeia atingir a autonomia estratégica de maneira bem sucedida. Estes dois elementos são: 1. Motivação Política comum e 2. Capacidade de agir. O primeiro elemento dita que os Estados membros do grupo precisam operar com base em um entendimento comum do conceito de autonomia estratégica, ou seja, apenas quando os Estados atingirem um consenso no que tange a definição desse conceito, essa estratégia atingirá seu potencial máximo.

“This study outlines that two elements – political will and capacity to act – are prerequisites for achieving effective 'strategic autonomy'. The EU institutions and the Member States should operate based on a common understanding of strategic autonomy, which is still in the making.”(ANGHEL, Suzana Elena et al, 2020)

Segundo ANGHEL, Suzana Elena et al, o segundo elemento, capacidade de agir, consiste na necessidade da UE em agir de maneira autônoma e superar os pontos que impedem ou atrasam a sua autossuficiência, como a incapacidade dos Estados membros de chegarem a um consenso por interesses nacionais divergentes. Uma solução que o bloco apresenta para superar essas divergências durante a votação do Conselho Europeu seria o voto de maioria qualificada ao invés dos votos de unanimidade²², que por um lado, pode permitir maior velocidade na tomada de decisão do grupo como um todo, mas quando se trata de assuntos mais sensíveis como política externa e segurança, os países como Alemanha e França, que exercem mais influência no bloco, persistem em manter a unanimidade no processo decisório do Conselho Europeu. Pode-se observar que o sentimento de unidade e pertencimento é a chave para embasar a estratégia de autonomia. Portanto, a identificação europeia e o apelo comum para a necessidade de ser auto suficiente é um constante desafio para o bloco, que precisa equilibrar a participação total dos seus Estados Membros e a velocidade na tomada de decisão em assuntos estratégicos globais.

A autonomia estratégica consiste em uma diretriz de política externa em que o Estado ou, no caso, a União Europeia explora ao máximo a sua capacidade de agir de forma autônoma, contando com a utilização de recursos próprios, em áreas estratégicas:

²² “For a qualified majority to be reached during a Council Vote (acting upon a proposal by the Commission or HR/VP) two conditions have to be met: 55 % of Member States vote in favor (15 out of 27), the votes in favor are cast by Member States representing at least 65 % of the European Union's population”. (EU Briefing Qualified majority voting in foreign and security policy)

“This study defines EU's 'strategic autonomy' as the ability to act autonomously as well as to choose when, in which area, and if, to act with like-minded partners. The capacity to act autonomously implies both the ability to decide and to implement decisions in an autonomous manner. 'Strategic autonomy' is not about self-sufficiency but about means and tools to reduce external dependencies in areas deemed strategic and where dependencies could compromise autonomy, whilst continuing to cooperate with partners in a multilateral setting. (ANGHEL, Suzana Elena et al, 2020)

Com esta ideia, ANGHEL, Suzana Elena et al, ressaltam que essa diretriz de política externa não significa que a UE se isolaria no cenário internacional para ser auto suficiente, já que isso intensificaria ainda mais a sua dependência externa, pois o bloco necessita do comércio internacional energético, como demonstrado na subseção anterior. A ideia é compreender a autonomia estratégica como um meio para reduzir as dependências externas e ao mesmo tempo manter a cooperação e o comércio internacional.

Contudo, manter uma unidade de perspectiva em um grupo de diversos Estados em que cada país do bloco tem uma ideia diferente sobre autonomia estratégica pode ser um desafio para a UE. De acordo com o artigo “*European Strategic Autonomy: A Cacophony of Political Visions*” escrito por Elina Libek. Cada país do bloco tem a sua própria visão a respeito de defesa e segurança e suas variadas decisões políticas, internas e externas, resultam em diferentes efeitos práticos com relação às suas próprias visões estratégicas de autonomia. Para a presente pesquisa, será válido analisar alguns exemplos levantados pela autora. Inicialmente, o exemplo francês, que desde meados da década de 1990, utiliza esse conceito nas suas doutrinas de política externa

“In short, strategic autonomy is seen in France primarily as a political principle, which is reflected in the capability to act alone when necessary—to analyze the strategic situation, make quick decisions and use military capabilities in a conflict situation (...) The French understanding of strategic autonomy does not imply isolation or the wish to distance itself from its allies. It is seen, rather, as a pillar that allows strong coalitions to be established. However, it is important to highlight a difference in emphasis here: for French policymakers, strategic autonomy is directly linked to decreasing dependences.” (LIBEK, 2019)

Outra visão de autonomia estratégica a ser observada é a alemã. Segundo a autora, a Alemanha, por ter um histórico sombrio de uso excessivo de força militar, faz com o que país

apoie práticas de força branda, e assim, seu conceito de autonomia estratégica, passa a ser mais político do que militar, apoiando o discurso de aproximação dos Estados membros sob uma única bandeira europeia.

“There is a quite interesting understanding of European strategic autonomy, which is affected by the Germans’ commitment to European integration and their complicated history of using military force. For the Germans, European strategic autonomy is in many respects dependent on the EU’s unity and strong political framework, which can be seen as a prerequisite for the development and application of any capability. It is therefore part of a broader European integration project” (LIBEK ,2019)

O principal elemento que diferencia as visões de autonomia estratégica francesa e alemã é a sua noção de dependência. Enquanto a visão francesa enfatiza a capacidade do Estado de agir sozinho quando necessário para reduzir suas dependências externas, a visão alemã enxerga a autonomia como um elemento que depende da integração europeia. Essa divergência neste conceito pode causar um embate, já que as visões distintas entre estes dois países geram um entrave na estratégia de política externa geral do bloco.

Um exemplo de divergência entre Alemanha e França em um assunto de autonomia estratégica, especificamente de defesa, foi durante a cúpula da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), ocorrida em Londres, no ano de 2019. Durante o seu discurso na conferência, o presidente francês Emmanuel Macron levantou uma crítica ao artigo quinto da OTAN²³ no contexto de desaprovação das ofensivas militares dos Estados Unidos e Turquia na Síria, Estados que fazem parte da organização.

Em seu discurso, o presidente francês enfatizou sobre a necessidade de a Europa assumir mais responsabilidade pela sua própria defesa. Angela Merkel, chanceler alemã, contra-argumentou discursando sobre a importância da OTAN, rebatendo a fala do líder francês, dizendo que a Europa atualmente não pode defender-se sozinha. A chanceler ainda reiterou a promessa do aumento de 1,5% para 2,0% os gastos do orçamento do país em defesa, até o início da década de 2030²⁴. Portanto, é possível observar um exemplo prático de divergência entre as estratégias de autonomia e defesa da Alemanha e França através dos respectivos discursos de seus chefes de Estado durante a ocasião mencionada.

²³ Artigo 5º da OTAN, diz respeito ao princípio da defesa mútua entre os países membros

²⁴ Falas de Merkel e Macron disponíveis nas seguintes reportagens “Merkel praises importance of NATO” ; “Allies unite to defend NATO — against Macron” e “Europe has to face ‘brain death of NATO,’ Macron says” na plataforma político.eu

A estratégia de interdependência revela que a União Europeia ainda necessita manter o comércio de gás e petróleo com a Rússia, já que o bloco continua dependente dessas fontes energéticas para o seu consumo interno, conforme demonstrado, pois não tem capacidades para produzir internamente a quantidade de energia que consome. A ideia de securitização coloca em evidência o fato de que a temática energética apresenta ameaças urgentes, principalmente relacionadas ao clima e para a União Europeia se tornar um ator global nas temáticas ambientais, precisa incentivar o debate de securitização energética não apenas nos fóruns locais, como no G7, e sim levar o debate para conferências globais, como a COP, em que uma maior variedade de atores podem traçar metas globais de securitização energética. Por último, a visão de autonomia estratégica pode ser observada como uma ferramenta para potencializar a força política do bloco no cenário internacional, desde que o bloco consiga traçar pontos de convergência e interseções nas divergências deste conceito para cada Estado.

Agora que os vieses de política externa de interdependência, securitização e autonomia foram apresentados é possível concluir que a política energética europeia gira em torno de dois objetivos: (i) a redução da dependência interna e externa de combustíveis fósseis (ii) e a transição energética para energias limpas e renováveis para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. No próximo capítulo, em que os documentos oficiais do bloco serão analisados, será possível observar também, que o foco da União Europeia, com essas três estratégias, é apenas econômico e não abarca preocupações ambientais e de sustentabilidade.

Deste modo, a escolha econômica do bloco de investir fortemente em energias fósseis gerou um impacto ambiental global imenso, já que os combustíveis fósseis geram a emissão de gases de efeito estufa, que aceleram o processo de aquecimento global. O impacto climático das ações da política energética da União Europeia não passa despercebido por sua população e essa relação do discurso de segurança e suas falhas será explicada com mais detalhes no capítulo três. O próximo capítulo terá como objetivo analisar documentos oficiais da União Europeia, como *Green Papers*²⁵, *White Papers*²⁶ e outras diretivas do Parlamento e da Comissão Europeia para a compreensão de como é o discurso da UE na agenda de energia e meio ambiente com relação a estes dois objetivos.

²⁵ Os *Green Papers* são documentos publicados pela Comissão Europeia para estimular o debate sobre determinados temas a nível da União Europeia (UE). Convidam as partes relevantes (organismos ou indivíduos) a participar num processo de consulta e a debater com base nas propostas que apresentam - Tradução livre, fonte: EUR-lex.

²⁶ Os *White Papers* são documentos que contêm propostas de ação da União Europeia (UE) numa área específica. Em alguns casos, dão seguimento a um Livro Verde publicado para lançar um processo de consulta a nível da UE.

4 - Capítulo 3 - A estruturação da política energética da União Europeia e seus desdobramentos internos.

4.1 - Definições de transição energética

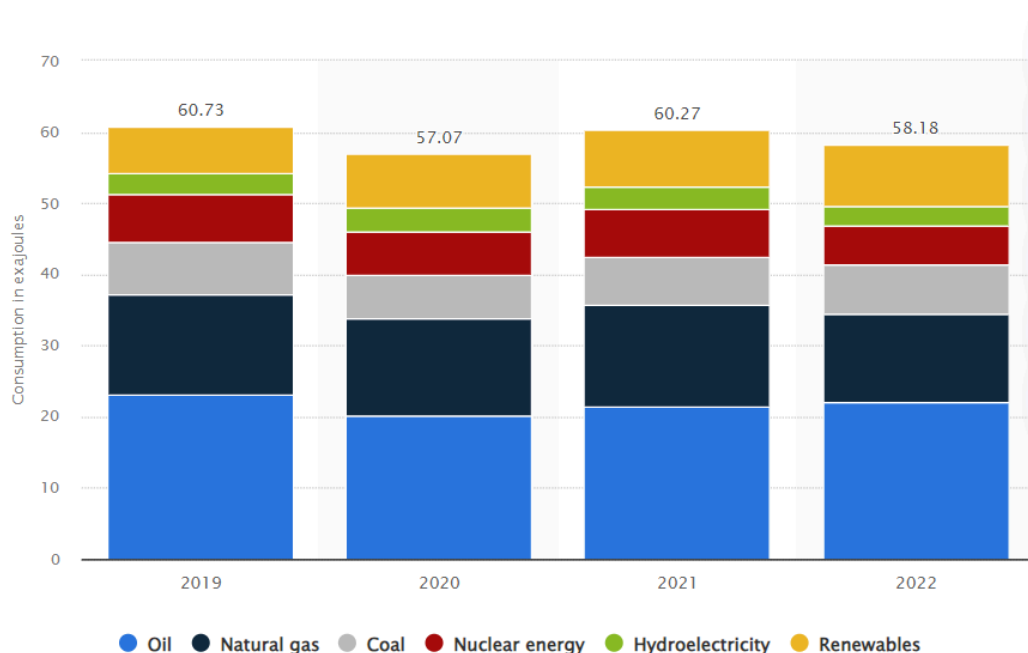
A fim de entender como a energia renovável pode ser pauta da política energética do bloco, é necessário compreender inicialmente o que é a transição para energia limpa e algumas perspectivas conceituais a respeito deste processo. A energia renovável é um tipo de energia que é gerada a partir do aproveitamento dos recursos disponíveis na natureza que se regeneram ou se mantêm ativos de maneira permanente. As quatro principais fontes de energia renovável, de acordo com o Instituto de políticas de energia sustentável²⁷ (ISEP, sigla em inglês) são: 1) solar, que aproveita a radiação solar emitida sobre a terra para gerar energia; 2) eólica, que faz uso da força do vento que rotaciona as turbinas dos moinhos, acionando geradores de energia; 3) hidroelétrica, que aproveita a força de uma corrente d'água para gerar energia; 4) biomassa, que é a utilização de resíduos de matéria orgânica, como o bagaço da cana, a casca do café e etc, que podem estar em seus estados líquido, sólido ou gasoso para geração de energia.

Agora que foi apresentado o que é energia renovável e suas principais fontes, é necessário agora compreender sobre o uso energético atual da União Europeia. Para esta compreensão, será observado o gráfico: *“Primary energy consumption in the European Union from 2019 to 2022, by fuel”* disponibilizado pelo Statista²⁸, que tem por objetivo apresentar a visualização do consumo de energia na UE por tipo de energia, no seu eixo horizontal é possível observar o recorte dos anos de 2019 a 2022, e no eixo vertical a quantidade em exajoules de energia consumida, por tipo (petróleo, gás natural, carvão, energia nuclear, hidrelétrica, renovável).

²⁷ Informação extraída da página *What is the ratio of renewable energy in 2018?* - ISEP, 2019 (acesso 02/12/2023)

²⁸ “Statista é uma plataforma global de dados com uma extensa coleção de estatísticas, relatórios e insights sobre mais de 80.000 tópicos de 22.500 fontes em 170 setores. Fundada na Alemanha em 2007”. Informação disponível no site oficial do Statista. Acesso 02/12/2023.

Figura 02: O consumo de energia na UE por tipo de energia



Fonte: Statista, 2022.

O gráfico revela que 38% do total de energia consumida pelo bloco é à base de petróleo, seguido por gás 20% natural, e carvão 12%, ou seja, 60% do total de da energia consumida pelo bloco é a base de hidrocarbonetos e apenas 20% da energia consumida é energia renovável. Estes dados revelam que a energia renovável está sendo subutilizada no cenário atual. Um dos motivos que pode explicar isso é que a manutenção do *status quo* é mais barata, mais diplomaticamente confortável e demanda um esforço menor para se manter. Ou seja, as grandes empresas, principalmente as do segmento energético, já têm as suas bases montadas para a produção e o consumo de energias fósseis, mudar isso abruptamente exigiria investimento trilionário e além disso, traria um impacto ambiental extremo, como será explorado no final da subseção.

Antes de abordar o impacto ambiental da transição energética, vale adicionar uma camada teórica para melhor compreensão da definição do termo transição energética. O artigo *Clean energy in the European Union: transition or evolution?* escrito por Radosław Ślosarski em 2022 reúne perspectivas de alguns autores sobre a temática de transição energética. De acordo com Radosław Ślosarski, uma transição energética significa o aumento do uso de uma fonte de energia que ocorre simultaneamente a diminuição do uso de outra. Como mencionado no parágrafo acima, no cenário atual da união europeia, não foi observado uma redução no uso de combustíveis fósseis nos últimos anos, apenas um aumento no uso e

investimento de energias renováveis, o autor considera esse processo mais como uma adição ou evolução do que uma transição energética (ŚLOSARSKI, 2022). De acordo com Fouquet e Pearson (2012), a transição energética só ocorre de fato quando existe um movimento de mercado economicamente favorável para ela se tornar equilibrada em termos de custo / efetividade. Ou se existe algum tipo de política impositiva / decreto governamental que possa forçar essa transição econômica que pode ser considerada uma transição energética. Portanto, no caso da União Europeia, o seu processo energético pode ser considerado uma adição energética, de acordo com Ślosarski e uma transição energética, em processo, de acordo com Fouquet e Pearson, já que esse equilíbrio entre custo e efetividade não ocorreu.

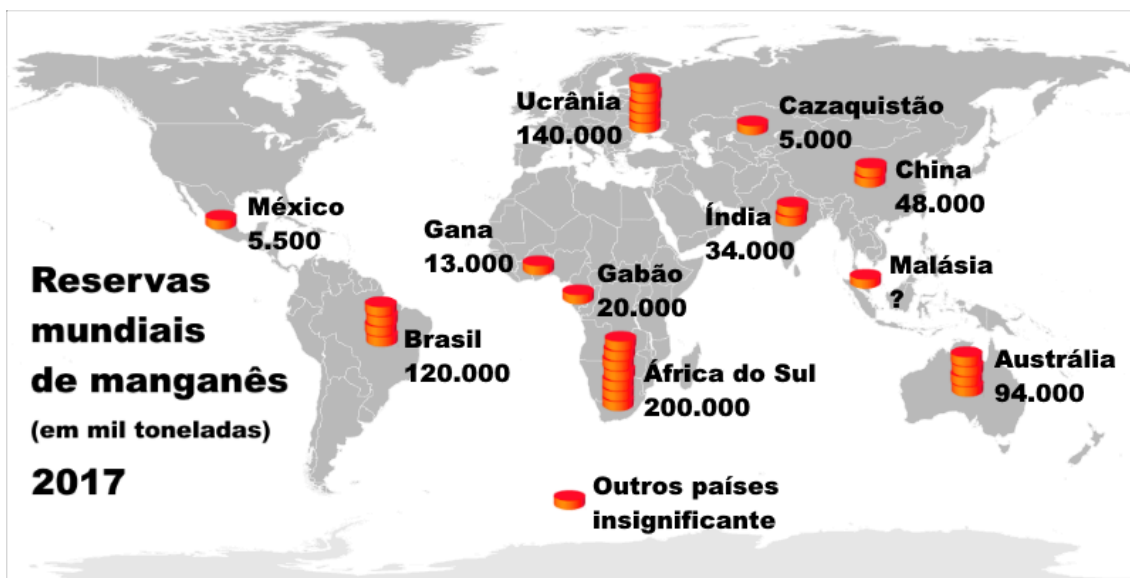
Agora que foram aprofundados os embasamentos teóricos da transição energética, é fundamental exercer uma visão crítica sobre esse processo, que na teoria vem como uma solução climática para mitigar os efeitos do aquecimento global por reduzir a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, contudo, se apresenta como um crescimento acelerado da indústria de mineração que pode causar impactos ambientais em enormes proporções. O especialista no tema, professor Bruno Milanez professor da faculdade de engenharia da UFJF e pesquisador de transição energética e mineração concebeu uma entrevista para o podcast Guilhotina e Le Monde Diplomatique Brasil para explicar a teoria e a prática da transição energética e seus impactos. A teoria ideal para transição energética é a redução do uso de combustíveis fósseis, e para isso é necessário mudar o padrão de produção e consumo e também provocar uma mudança de tecnologia e é justamente esse ponto que chama atenção na crítica do professor. Esse processo, na prática levará a uma série de impactos socioambientais como o aumento da mineração e com isso, o maior desmatamento florestal para abrir espaço para extração mineral e a maior liberação de resíduos tóxicos em fontes hídricas. (MILANEZ, 2021)

Em outra entrevista, com o Instituto Humanitas Unisinos, o professor demonstra que na prática, a transição energética exige uma extração extensa de minerais, como: cádmio, estanho, cobalto, molibdênio para painéis fotovoltaicos e carros elétricos; manganês, lítio, zinco, vanádio para turbinas eólicas e baterias para armazenar mais energia; alumínio e cobre para construir novas torres e novos cabos de alta tensão para distribuir toda essa energia eólica e fotovoltaica produzida. Milanez, ainda acrescenta que não existem reservas suficientes para atender a essa demanda:

“Estudos realizados pela universidade de tecnologia de Sydney indicam que, considerando o horizonte de 2050, se simplesmente mantivermos o mesmo padrão de consumo energético e apenas substituirmos as fontes de energia, não existirão reservas suficientes de cobalto, lítio ou níquel para dar conta da demanda.” (MILANEZ, 2019)

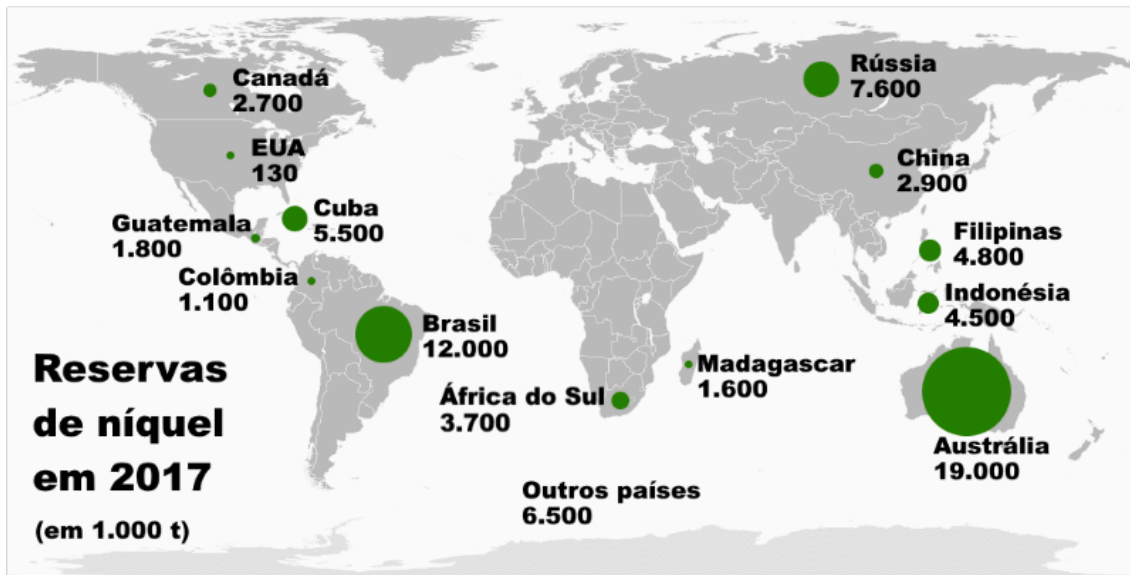
De acordo com o professor, a diminuição do uso de fontes energéticas a base de hidrocarbonetos é fundamental, contudo, a transição energética deve ser feita de maneira regulada para minimizar outros impactos ambientais. (MILANEZ, 2021). Esses dados revelam que a transição energética é um processo que vem com um custo ambiental muito alto, e para União Europeia atingir suas metas de implementação de energia solar e eólica, deverá expandir suas atividades de mineração para os países do continente africano e sul americano que são ricos nestes metais mencionados e sofrerão os impactos socioambientais do aumento da atividade de extração:

Figura 03: As reservas dos países mais ricos em Manganês



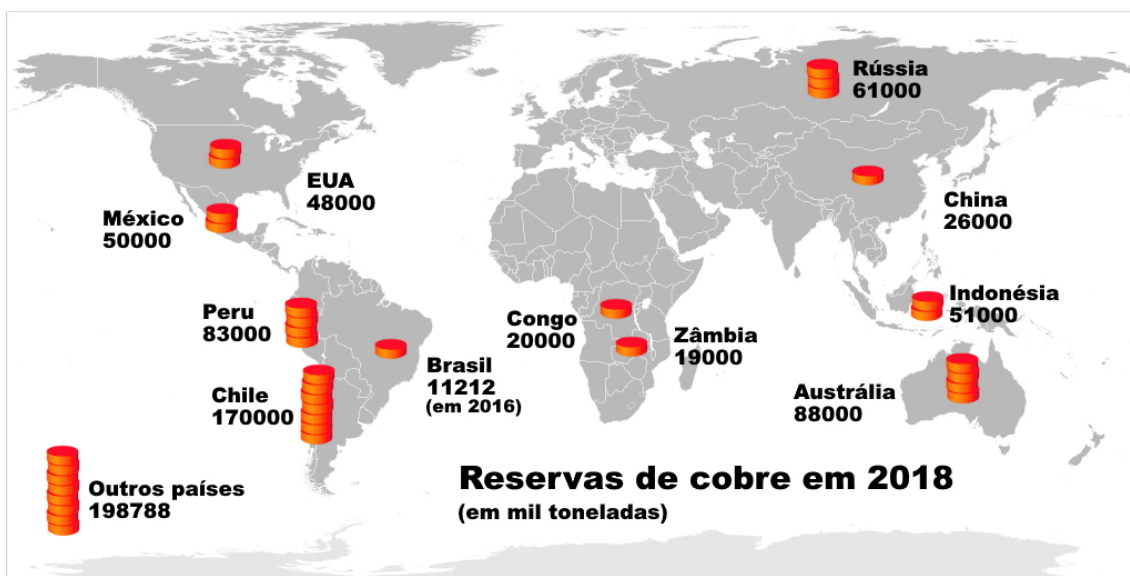
Fonte: dados retirados do U.S. Geological Survey (2018) e da agência nacional de mineração. GOV. Brasil, 2016

Figura 04: As reservas dos países mais ricos em Níquel



Fonte: dados retirados do U.S. Geological Survey (2018) e da agência nacional de mineração. GOV. Brasil, 2016

Figura 05: As reservas dos países mais ricos em Cobre



Fonte: dados retirados do U.S. Geological Survey (2018) e da agência nacional de mineração. GOV. Brasil, 2017

Na próxima subseção, o objetivo será analisar como os órgãos institucionais da União Europeia, e governamentais de países como a Alemanha e a França estão planejando a curto, médio e longo prazo suas políticas energéticas, quais métricas estão sendo utilizadas e se estão sendo atingidas ou não.

4.2 - Análise de política externa da UE a partir de documentos oficiais

De maneira prática, o que está sendo discutido a respeito de uma política energética no Parlamento Europeu, na Comissão Europeia e no Conselho Europeu? Em um cenário de conflitos crescentes na fronteira da Rússia com a Ucrânia, uma economia global fragilizada ainda por conta da pandemia e, ao mesmo tempo, uma pressão cada vez maior das cúpulas climáticas e da sociedade civil com relação ao aquecimento global, é fundamental compreender como a União Europeia lida com a transição energética de maneira institucional.

Para o início desta análise, será considerado como marco o Protocolo de Quioto, cujas diretrizes relacionadas à energia renovável foram levantadas no documento “*Communication from the Commission ENERGY FOR THE FUTURE: RENEWABLE SOURCES OF ENERGY. White Paper for a Community Strategy and Action Plan*” de 1997, de autoria da Comissão Europeia, representa um alerta às consequências climáticas do aquecimento global e coloca metas para o futuro, que serão analisadas para sabermos se foram atingidas ou não.

O documento começa a partir da declaração oficial de que a Europa não está fazendo o suficiente com relação à energia sustentável. Em 1997, o consumo de energia sustentável da União Europeia, de acordo com o *White Paper*, representava apenas 6% do consumo energético total. Em 2021, de acordo com dados fornecidos pela *European Environmental Agency*, este número está em 22% e a meta para 2030 é de 42%. Outro ponto que este *White Paper* traz é com relação a autonomia, enfatizando que o fomento energias renováveis diminui a dependência em energias fósseis, por exemplo, o documento aponta uma solução para construções urbanas, em que pode haver a redução de 75% na emissão de CO₂ dos edifícios, através da colocação de painéis solares nas áreas dos prédios que incidem mais luz solar.

O terceiro elemento evidente deste *White Paper* é a intenção de incentivar energia limpa por meio do aumento de competitividade no setor, o que mostra uma visão

mercadológica e liberal como caminho de fomento. Este elemento deve ser destacado, pois mostra que a visão do bloco é que a condição de um setor crescer e se desenvolver é através da competitividade de mercado. Essa premissa já coloca a solução ambiental como mais um negócio lucrativo, pois para serem competitivas no setor energético as empresas de fontes de energia sustentáveis devem aumentar sua produção, o que gera mais impactos ambientais, pois para isso, as empresas devem achar formas de baratear a extração dos recursos naturais de matéria prima. Consequentemente, essa prática gera mais exploração, não só dos recursos naturais locais, mas também da mão de obra local, que vai receber salários exploratórios, para que os custos de produção sejam menores e consequentemente os ganhos das empresas maiores.

Ao fim isso estes ganhos maiores às custas da exploração social e ambiental vão permitir mais investimento deste setor para ganhar a suposta “maior competitividade no mercado” como destaca o documento. A partir destes três fatores, é possível observar que o estabelecimento de uma política energética sustentável do bloco seria complicado, já que ao longo do documento estes pontos não estão detalhados, evidenciando que, naquele momento, não havia um estabelecimento de metas claras ou um direcionamento objetivo do que a União Europeia pretendia em sua política energética pós-Protocolo de Quioto e também é evidente a falta de um compromisso socioambiental no estabelecimento destes objetivos.

O próximo documento a ser analisado é o “*A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy*”, um *Green Paper* publicado pela Comissão Europeia em 03 de agosto de 2006, que seria levado ao Tratado de Lisboa²⁹. O documento foi publicado com objetivo de estruturar um direcionamento para a política energética do bloco, baseado em 6 pilares: 1. Competitividade e mercado interno da energia; 2. Diversificação de fontes de energia; 3. Solidariedade comunitária entre os membros do bloco; 4. Desenvolvimento sustentável; 5. Inovação e tecnologia; 6. Política Externa. Neste capítulo, serão analisados mais profundamente os pontos 4 e 6, pois estes pontos estão relacionados à temática da presente pesquisa e por isso exigem uma leitura mais crítica.

Com relação ao ponto 4, “Desenvolvimento sustentável”, o documento aponta dois fatores-chave para frear o aquecimento global, que são: i. eficiência energética e ii. investimento em energias renováveis. Sobre o subponto i, a UE enxerga eficiência energética como “fazer mais com menos” esse termo assim, como o termo de competitividade

²⁹ “O Tratado de Lisboa, assinado em 13 de dezembro de 2007 e vigorado dois anos depois e tem como objetivo substituir os Tratados fundadores da UE. o tratado visa reformar o funcionamento e as modalidades da tomada de decisão das instituições da UE e confere mais poderes legislativos ao Parlamento Europeu.” Informação retirada do EUR-lex. acesso 02/12/2023.

mencionado acima, também tem uma perspectiva mercadológica e liberal implícita, já que esta preocupação em termos de produção revela uma intenção economia maior do que uma intenção de conservação ambiental. Com relação ao ponto 6, “Política Externa Energética”, o documento indica a necessidade de resolução de problemas comuns com os parceiros energéticos internacionais, com o objetivo de promover segurança energética para o cenário interno e externo do bloco. Como medidas concretas para atingir esse objetivo, o documento sugere i. Diversificar os gasodutos, buscando outras alternativas no norte da África e no Oriente Médio e ii. Promover uma política energética externa europeia comum, com o objetivo de aumentar o foco nas relações com parceiros globais que enfrentam desafios energéticos e ambientais semelhantes, Japão, que assim como a UE é dependente da importação dos recursos energéticos para suprir o seu consumo interno. De acordo com a *Asia Natural Gas and Energy Association*, em 2022, o Japão foi o quinto maior consumidor de energia do mundo e importou 90% das suas necessidades internas de consumo energético, sendo que o petróleo, o carvão e o GNL representaram 85% do consumo de energia do país asiático, mostrando que assim como a União Europeia, o país é dependente de combustíveis fósseis na sua matriz energética.

Portanto, com relação ao documento anteriormente analisado, o *White Paper* de 1997, o *Green Paper* de 2006 vai além de apenas levantar a necessidade de mudança de política energética, pois também dá propostas e direcionamentos para onde a política energética do bloco deveria seguir. Isso dá a entender que a União Europeia vai gradativamente estruturando as intenções e as propriedades da sua política energética que ela, como bloco, projeta globalmente. Contudo, mesmo estruturando a sua política energética, as soluções apresentadas nos dois documentos analisados até então seguem a linha de mercado, em que são colocadas vantagens econômicas como base dessa política energética, sendo que o deveria estar sendo de fato discutido são soluções que não gerem impactos socioambientais ao longo prazo e isso não aparece em momento algum nos documentos oficiais do bloco.

Dando continuidade à análise, será observado o documento denominado: “Diretiva 2009/28/EC” feita pelo Parlamento Europeu em 23 de abril de 2009. Este documento tinha como finalidade a promoção de diretivas para o uso de energia sustentável. O documento se inicia, assim como o *Green Paper* de 2006, ressaltando a importância de que a eficiência energética, que como mencionado acima significa gerar mais energia com menos recursos, e o uso de energias renováveis são dois fatores-chave para cumprir as metas estabelecidas no Protocolo de Quioto. O fato destes pontos se manterem no *White* e o no *Green Paper* analisados acima, demonstra que a UE tem uma continuidade nos interesses que permeiam a

política energética da UE, que visam reduzir a dependência de importação de fontes de energia que produzem gases de efeito estufa, reduzir a poluição nos países do bloco e possibilitar a geração de novos empregos nos setores de energia renováveis. Contudo, o que fica evidente a partir da análise destes documentos é que a política energética da União Europeia está mais preocupada em soluções econômicas, que possam manter os padrões de consumo e produção energética nos países do bloco, do que de fato apresentar soluções para as questões ambientais.

O último documento oficial, com relação a energia sustentável e transição energética é o *“REPowerEU: Joint European Action for more affordable, secure and sustainable energy”* de 2022, formulado pela Comissão Europeia, Parlamento Europeu e o Conselho Europeu, mostrando que houve um esforço institucional do bloco de alinhamento e coordenação para confecção do documento. E o que muda neste documento para os outros é o contexto da invasão russa na Ucrânia, em 2022.

O documento se inicia evidenciando a urgência para transição de energia limpa no continente europeu, dada a gravidade da atual invasão russa na Ucrânia. A UE coloca a importância na independência de importação do gás, do petróleo e do carvão russo. Especificamente, um dos fatores que fazem com que a União Europeia sofra essa dependência da importação de hidrocarbonetos russos é a vulnerabilidade do bloco com relação ao aumento de preços devido a alta demanda global. Para se proteger disso, a Comissão Europeia preparou um *fact sheet* denominado *“Tackling rising energy prices: A toolbox for action and support”*, que coloca medidas de curto prazo para mitigação dos efeitos negativos desse aumento de preços, tais como efetuar pagamentos sociais a uma parcela da população menos favorecida para pagarem suas contas de eletricidade - e a sugestão da Comissão é que esse pagamento pode ser financiado com o Sistema de Comércio de Emissões da UE (ETS).

Os ETS são créditos de carbono que fazem com que as empresas tenham um teto de uma quantidade específica de emissão na atmosfera e aquilo que não for utilizado pode ser vendido como permissão para outra empresa emitir esses gases, algo que não reduz as emissões de CO₂, apenas as redistribui, mostrando mais uma vez uma solução mercadológica, que a médio prazo pode até reduzir a vulnerabilidade energética da população europeia, mas não ataca a urgência, de longo prazo, que exige que sejam pensadas soluções ambientais sustentáveis. Além do apoio financeiro direto, outra sugestão, também de cunho econômico, é a redução da taxa de imposto para famílias vulneráveis em relação a suas condições de eletricidade, gás natural e carvão.

Por fim, o que se pode observar a partir da análise sequencial destes 4 documentos mencionados é que o primeiro documento, o *White Paper* de 1997 ressalta a importância de reduzir as emissões de carbono. Esta medida estava alinhada com o Protocolo de Quioto, que em sua resolução final os países signatários pertencentes ao Anexo 1 se comprometeram em reduzir 5,2% das suas taxas de emissão de gases de efeito estufa. No documento se coloca essa porcentagem como objetivo, mas não detalha o caminho para atingir essa meta. Em seguida, o *Green Paper* de 2006 e a Diretiva de 2009, em seus 29 artigos consegue estruturar um planejamento de política energética, que se apresenta com objetivo de promover energias renováveis, mas que não colocam medidas a favor de uma transição energética sustentável. Essa mudança mostra uma evolução com relação à estruturação, intenção e forma da política energética da União Europeia de 1997 a 2009. Já o documento de 2022 acrescenta uma camada de urgência na temática para que essas diretrizes sejam atingidas ainda mais rapidamente. Ao analisar estes documentos e suas diretrizes fica claro que a preocupação do bloco está mais voltada aos desafios energéticos, expostos no capítulo 2, que possam comprometer o crescimento econômico dos países membros, do que os desafios ambientais que uma transição energética deveria levar em consideração. Isso revela que a preocupação central da política energética da União Europeia é econômica e não ambiental. O que será estudado na próxima subseção é como essa política energética da União Europeia, que gira em torno destes dois eixos - eficiência energética e transição para energias renováveis - se traduz no planejamento energético de governança das principais potências do bloco.

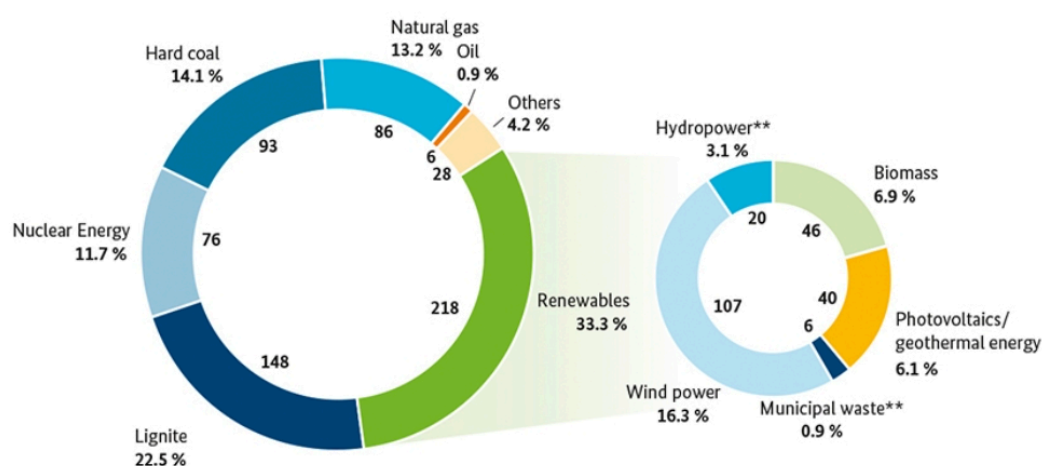
4.3 - Alemanha, França e suas políticas de energia sustentável

Nesta subseção serão analisadas as políticas de energia renovável e eficiência energética das duas principais potências do bloco, Alemanha e a França. O objetivo de analisar as políticas energéticas destes dois países é observar o quanto elas estão alinhadas com a política energética do bloco em si. A França pretende chegar a zero emissões de carbono em até 2050, através do seu Plano Nacional Integrado em Matéria de Energia e Clima (PNEC). Por mais que exista esse plano, o governo francês ainda precisa definir melhor as metas específicas para atingir essa porcentagem. A França tem a meta de diminuir a sua quota de energia nuclear e eliminar progressivamente as centrais elétricas a carvão até 2030. Com relação a valores de investimento, a França estima que para atingir o PNEC, o país precisaria

de 25 a 40 milhões de euros por ano, que é um valor irrisório, já que corresponde a 1.1% - 1.7% do seu PIB de 2018.³⁰

De acordo com os dados disponíveis no portal de energia sustentável do governo alemão, o consumo de energia no país é dividido da seguinte forma: 22.5% é petróleo, 14% é carvão e 13% é gás natural, enquanto que 33% é energia renovável, o que comparado a UE como um todo que tem 20% do seu consumo energético em energias renováveis. A meta do país é que até 2025, de 40% a 45% da energia consumida na Alemanha deverá ser oriunda de fontes energéticas renováveis. O país, no seu plano de energia renovável, traz alguns pontos sobre cada tipo de energia renovável: 1) Energia Solar, que do total 33% do total de energias renováveis, corresponde a 6.1%, consiste na incidência solar em painéis fotovoltaicos, que convertem a luz solar em energia; no final de 2018, as instalações fotovoltaicas na Alemanha produziram cerca de 45 gigawatts de eletricidade, mas ainda fica abaixo da energia eólica em gigawatts; 2) A Energia Eólica, ainda mais potente no país, correspondendo a 16%, quase a metade, consumida ainda mais que a solar, com a produção de 58,9 gigawatts (somando a potência das instalações eólicas *onshore* e *offshore*³¹); 3) por fim, a energia de Biomassa, que é responsável por 6.9% do consumo energético alemão³².

Figura 06: O mix energético da Alemanha



³⁰ Dados disponíveis no *Fact Sheet FRANCE National targets and contributions foreseen in the draft National Energy and Climate Plan* - Publicado pela Comissão Europeia em 2019.

³¹ A energia eólica offshore significa que as turbinas eólicas responsáveis pela energia ficam localizadas em corpos d'água, geralmente oceanos. E onshore significa que estas turbinas ficam em terras, geralmente em regiões com altas intensidade de ventos.

³² Dados disponíveis no artigo *Renewable Energy - Federal Ministry For Economic Affairs And Climate Action* - Site oficial do governo alemão. Acesso 27/11/2023

Fonte disponível no artigo Renewable Energy - Federal Ministry For Economic Affairs And Climate Action - Site oficial do governo alemão. Acesso 27/11/2023

Portanto, a partir da exposição de como as duas principais potências da UE demonstram suas estratégias com relação a sua política energética, é possível observar alguns pontos de alinhamento com a política energética do bloco em si. O primeiro elemento perceptível é a apresentação da situação energética, que é mostrada através de números, gráficos, porcentagens, metas numéricas, o que isso significa? a transição energética, do jeito que ela está sendo colocada, com muita ênfase em dados quantitativos e consequentemente sobra pouco espaço para dados qualitativos. Os documentos do Parlamento Europeu e Comissão Europeia e as páginas oficiais das políticas energéticas destes dois países, até então, não apresentam análises críticas sobre a transição energética e é visível que não há uma preocupação de como esse processo vai ocorrer e quais impactos ele vai gerar.

4.4 - Os protestos climáticos e a insatisfação da população europeia.

O movimento popular que ficou conhecido como a Greve Climática ocorreu entre os dias 20 e 27 de setembro de 2019. Durante estes dias, estima-se que 4 milhões de pessoas foram às ruas, em 163 países diferentes. Na França foram 40 mil pessoas, no Reino Unido 330 mil, e na Alemanha, um número ainda mais expressivo, 1.4 milhões de pessoas. Esta sequência de protestos foi um marco para o movimento popular climático, sendo um recorde em termos de protestantes e em termos de eventos, já que foram agendadas mais de 2.500 passeatas por todo o globo³³. O perfil observado no movimento é majoritariamente jovem, com muitos integrantes do protesto ainda em idade escolar. Esse movimento é um retrato da insatisfação da sociedade com relação ao modelo energético adotado globalmente desde a Terceira Revolução Industrial (1950), no qual os combustíveis fósseis foram a base energética que trouxeram consequências catastróficas e irreversíveis para o planeta.

A principal demanda popular da Greve Climática é justamente que a transição energética para energias renováveis e o abandono do consumo energético de combustíveis fósseis não está sendo realizado de maneira eficiente e não está sendo feito na velocidade que deveria. Esse tom de urgência é observado em alguns dos cartazes, como demonstra a figura

³³ Dados fornecidos pela ONG 350.org através do artigo *How big was the global climate strike? 4 million people, activists estimate*. Publicado por Eliza Barclay e Brian Resnick, 2019 - Acesso 27/11/2023.

políticos e econômicos do governo. Contudo, de acordo com Dolsak e Prakash, esse movimento mais se assemelha a um protesto do que uma greve em si. Greves de operários, ferroviários e pilotos geram prejuízos altos aos donos do capital, o que faz com que as demandas dos grevistas sejam ouvidas, porém no caso da greve climática, não existe um impacto para a atividade econômica das empresas de energia fóssil com estudantes faltando às suas aulas. Essa provocação traz uma perspectiva de consequência do movimento, em que é visível a insatisfação popular, principalmente das gerações mais novas, mas o quanto isso vai de fato se traduzir em uma mudança na política energética do bloco. O que a população europeia que está insatisfeita pode usar ao seu favor é a sua voz política e seu ato democrático do voto, pois quando os líderes políticos perceberem que precisam cumprir suas promessas de campanha com pautas reais de sustentabilidade, vai ser um sinal de que os movimentos populares climáticos estão gerando o impacto que pretendem. (DOLSAK et al, 2019)

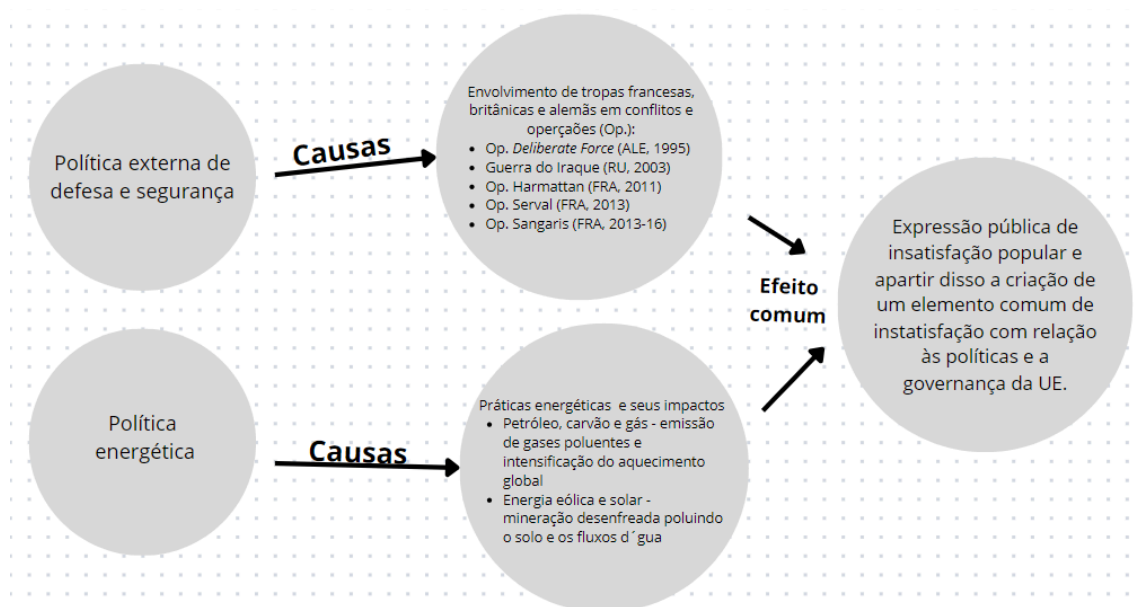
A Greve Climática, quando analisada sob o recorte da participação dos países europeus, assim como o movimento popular anti-guerra, ocorrido em 15 de fevereiro de 2003, também demonstram uma insatisfação popular frente aos seus governos. Assim, podemos traçar uma analogia de causa e efeito entre a Política Externa de Defesa e Segurança Europeia e a Política Energética Europeia: por um lado, as causas no envolvimento de tropas francesas, britânicas e alemãs em guerras e conflitos internacionais, e nas décadas de uso excessivo de energia a base de hidrocarbonetos para o desenvolvimento econômico europeu. Estas duas causas levam a um efeito comum que é a expressão pública de insatisfação popular com a maneira sob a qual a governança do bloco foi sendo conduzida, em que decisões que priorizam o ganho econômico foram constantemente tomadas em detrimento da do bem estar da população europeia e do meio ambiente.

Ao longo do tempo, a escolha do envolvimento bélico em diferentes operações militares, citadas no capítulo 1, e a Guerra no Iraque com o objetivo de firmar a política externa de defesa da UE gerou como consequência os protestos de 2003 e uma insatisfação popular dos cidadãos europeus e, através disso, a criação de um elemento comum de identificação. Assim como Habermas e Derrida apontam em seu artigo *“February 15, or What Binds Europeans Together”* (2003) que a manifestação contrária à violência é um elemento de unificação do povo europeu. as manifestações climáticas também geram esse elemento de identificação com relação ao repúdio aos efeitos climáticos do aquecimento global, que foram causados por décadas de uso excessivo de combustíveis fósseis com preços atrativos para as empresas, mas que a longo prazo geram consequências catastróficas não só

para o continente europeu, mas para todo planeta, já que os efeitos das mudanças climáticas são transfronteiriços e afetam o planeta como um todo (DUARTE, 2004).

Isso mostra que a população europeia tem uma identidade comum com relação ao seu ímpeto participativo nas decisões governamentais que os afetam, advogando em prol da paz e da preservação climática. Com o objetivo de ilustrar melhor a conexão entre a política externa de defesa e a política energética, foi feito um diagrama para demonstrar que as inconsistências da teoria e da prática de pilares de segurança, tanto no âmbito de defesa quanto no âmbito energético, culminaram na insatisfação popular como elemento comum.

Figura 08: Esquema que demonstra o elemento de conexão entre as políticas externas de defesa e segurança e a política energética



Fonte: Elaboração Própria do autor da pesquisa, 2023;

Para finalizar a análise do cenário energético europeu, é necessário analisar os fatos e saber o quanto o bloco progrediu em relação aos seus objetivos de eficiência energética e transição para energias renováveis. Sendo assim, partir dos dados apresentados, retornamos a observar o gráfico deste gráfico “*Primary energy consumption in the EU-27 2019-2022*”, by fuel, figura 02, e a partir dele é possível tirar as seguintes observações: do ano de 2019 ao ano de 2022, houve uma diminuição no consumo energético de energias a base de hidrocarbonetos, pois o petróleo foi de 23.17 EJ para 22.13 EJ, o gás natural foi de 14.18 EJ

para 12.36 EJ e o carvão foi de 7.32 EJ para 6.98 EJ e simultaneamente houve um aumento no consumo de energias renováveis, que foi de 6.51 EJ para 8.63, um aumento considerável, que até supera o consumo energético de carvão no continente. Contudo, mesmo com o aumento no consumo de energia sustentável e a diminuição no consumo de energias à base de hidrocarbonetos, pode-se observar que o continente ainda é extremamente dependente do consumo energético de petróleo, que ainda é o maior tipo de combustível consumido.

O terceiro capítulo teve o objetivo de mostrar os elementos estruturais da política energética da União Europeia e aprofundá-los com uma visão crítica, para compreender quais são os interesses por trás dessas políticas. Para complementar essa análise da visão institucional do bloco, será analisada a visão popular dos europeus em relação às mudanças climáticas. Como base de pesquisa para extração de dados será utilizado o documento Barômetro 538 - Mudanças Climáticas, trabalhado de maio a junho de 2023, de autoria da Comissão Europeia.

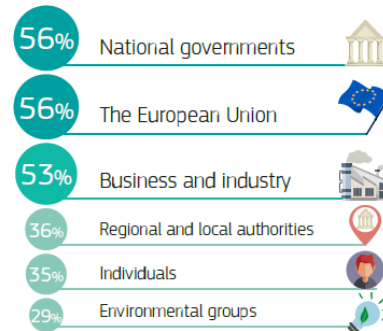
O primeiro dado que chama atenção neste barômetro é que 77% dos entrevistados consideram que as mudanças climáticas são um problema de alto risco, votando nas notas 8,9 e 10 em uma escala de 0 a 10 de risco (31% dos europeus votou na nota 10, indicando risco máximo). Com relação às perguntas voltadas à responsabilidade governamental em relação às mudanças climáticas, 90% dos cidadãos europeus acreditam que a responsabilidade climática é tanto dos governos nacionais como do bloco em si. Ainda com relação à responsabilidade climática, 67% dos europeus acreditam que o governo não está fazendo o suficiente para combater as mudanças climáticas.

Figura 09: O grau de responsabilidade dos Estados e da UE com relação às mudanças climáticas,

67% of EU citizens think that their national government is not doing enough to tackle climate change



More than half of EU citizens think that national governments and the EU are responsible for tackling climate change



Fonte: Barômetro 538 - Mudanças Climáticas 2023.

Isso revela que há insatisfação popular com relação a governança dos Estados Nacionais e da União Europeia. Outro ponto que chama atenção neste barômetro, que vai de encontro com o que está sendo analisado nesta tese é o viés econômico com o qual a questão energética é enxergada pelo bloco. A pergunta: “Para aliviar a pressão económica causada pela crise energética, os cidadãos da UE pensam que a UE e os governos nacionais devem:” induz a problemática a ser enxergada pelos entrevistados sobre a perspectiva econômica como uma solução da crise energética. As respostas mais votadas desta pergunta foram em favor da independência energética e da taxação das grandes empresas de energia, como mostra a imagem abaixo:

Figura 10: Questionário que revela o viés econômico da tratativa da política energética na pesquisa com os cidadãos da UE,

To relieve the economic pressure caused by the energy crisis, EU citizens think that the EU and the national governments should:

- 1 Accelerate the roll-out of renewable energy** in EU to bring the cost of energy down and become more energy independent – 29%
- 2 Take economic measures** to limit the price of energy bills for households such as tax energy companies' profits and impose energy price caps – 29%
- 3 Give direct financial support** to the most economically vulnerable members of society – 16%
- 4 Invest more** in energy efficiency measures (e.g. improved insulation) – 15%
- 5 Diversify the supply** of fossil fuels imports into the EU – 6%

Fonte: Barômetro 538 - Mudanças Climáticas 2023.

5 - Considerações finais

Para o início das considerações finais, é indispensável que seja colocado o panorama mais recente das mudanças climáticas e a tentativa de redução de gases de efeito estufa da matriz energética da União Europeia. Sendo assim serão comentados alguns marcos relevantes ocorridos na COP 28 e na última reunião do G7, que envolvem a União Europeia e os seus países membros.

No encontro do G7 ocorrido este ano (2023) no Japão, ministros de Energia e Meio Ambiente dos países que compõem o G7 reiteraram o compromisso em acelerar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis, porém, sem estabelecer um novo prazo para a meta. França e Reino Unido propuseram a eliminação do carvão das matrizes energéticas dos países do G7 ainda na década atual, mas a proposta foi rejeitada por outros membros como Japão e EUA, sob o argumento de que a meta seria incompatível com a pressão que a guerra da Ucrânia tem causado na demanda de fornecimento energético.

O relatório anual do Orçamento Global de Carbono, Global Carbon Budget, publicado em 05/12/2023, mostra um aumento de 1,1% das emissões globais desde 2022. O relatório prevê, ainda, que as emissões globais totais de CO₂ serão de 40,9 bilhões de toneladas em 2023 - um resultado muito distante das propostas redução acentuada que se mostraram necessárias nos últimos anos – o que aponta para um cenário em que inevitavelmente a meta de 1,5°C do Acordo de Paris será ultrapassada. Em um prognóstico ainda mais pessimista, o secretário-geral da ONU, António Guterres, abriu a COP 28 com o alerta de que as políticas atuais nos colocam em direção a 3 graus Celsius e de que o limite de 1,5 graus Celsius só seria possível se parássemos completamente a queima de combustíveis fósseis – “não reduzir, não diminuir – eliminar gradualmente, com um prazo claro.”, afirmou Guterres. É importante ressaltar, ainda, que iniciativas de desindustrialização de algumas economias ocidentais da Europa e da América do Norte, historicamente pioneiras da revolução industrial, convivem atualmente com o crescimento e a industrialização acelerada de economias da Ásia, especialmente a chinesa. Portanto, é perceptível que não está sendo feito o suficiente. Mas onde está essa contradição?

O processo de transição energética, à primeira vista, pode parecer uma solução para essa problemática, mas a partir de uma análise mais profunda de suas consequências, nota-se uma contradição. Embora estas iniciativas de energias renováveis ressaltem em seu discurso um compromisso louvável com fontes de energia sustentáveis e de baixo carbono, elas amplificam simultaneamente a procura global de minerais específicos, como o lítio, o cobalto

e elementos metálicos raros. Este aumento na procura por metais, impulsionado pelo imperativo de aumentar as capacidades de energia renovável, suscita preocupações relativas aos impactos ambientais e sociais associados à extração mineral. A avaliação crítica das ramificações da transição energética da UE com relação ao acesso às matérias primas necessárias para esse processo torna-se imperativo, uma vez que é necessário um equilíbrio delicado entre o cumprimento dos objetivos climáticos e a mitigação da pegada ecológica da extração mineral, muitas vezes concentrada em regiões vulneráveis do Sul Global, como mostrado nos mapas do terceiro capítulo. Se faz necessária uma análise meticulosa para garantir que a procura de fontes de energia mais limpas pela UE esteja alinhada com práticas éticas e sustentáveis de recursos minerais em uma escala global.

Como considerações finais, a partir da análise crítica dos documentos oficiais do bloco, foi possível observar que os objetivos da política externa energética da União Europeia são econômicos. Os documentos, suas exposições numéricas e técnicas, apresentam diversos dados, como porcentagem, medidas em toneladas, metas e outras métricas em uma linguagem imperativa que motiva mudança. Os discursos de líderes institucionais do bloco, os Fact sheets disponíveis nas páginas oficiais da UE, os documentos da Comissão Europeia e as demais infinitas fontes primárias do bloco são fabricadas para apresentar um tom convincente e sedutor de que há uma verdadeira mudança em curso e que existe uma preocupação com o meio ambiente e o bem estar global. Com um olhar mais crítico sobre esse material, nota-se que a realidade está muito distante desse discurso. Não existe um planejamento prático, apresentado pelo bloco, que dê soluções práticas para mitigar os impactos ambientais que o processo de transição energética exige.

O que pôde ser observado nas metas de política externa energética do bloco é que o foco está em solucionar questões econômicas como o abastecimento energético do país, a diversificação de parceiros comerciais, solucionar os desafios de oferta e demanda dos recursos energéticos, e trazer soluções para a complexa gestão e distribuição do consumo energético interno. Todas essas questões colocam em evidência que a verdadeira motivação de segurança da UE é interna e regional, o que vai de encontro com o que uma visão realmente sustentável considera, que é manutenção das condições naturais em escala global e transfronteiriça. Isto posto, o final dessa pesquisa, que inicialmente se propôs a analisar quais são as principais limitações encontradas pela política externa da União Europeia para transição energética, chega a uma das conclusões que uma das maiores limitações está presente na incoerência do seu discurso ambiental com a prática. Esse contrassenso é um ponto fraco para o bloco, pois por se tratar de uma Organização Internacional, a União

Europeia precisa de credibilidade para se manter fortalecida no cenário internacional. Essa descredibilidade gera como consequência um processo de desintegração, em que os parceiros estrangeiros optam por relações binacionais diretas com os países membros do bloco em si. Por fim, fica claro que própria União Europeia não sabe como sair da sua situação de dependência de combustíveis fósseis e nem como realizar um processo de transição energética de mínimos impactos ambientais e na tentativa de passar a imagem de porta-voz da sustentabilidade e inovação, revela de maneira escancarada o seu desespero em manter seu crescimento econômico e a segurança energética própria.

7 - Referências Bibliográficas

ANDREATTA, André Luis Parodi. **A Rússia como superpotência energética na produção de gás e petróleo**, 2022

ANGHEL, Suzana Elena et al. **On the path to strategic autonomy': EPRS Study The EU in an evolving geopolitical environment**. 2020.

BALZACQ, Thierry. **Securitization theory: Past, present, and future**. *Polity*, v. 51, n. 2, p. 331-348, 2019.

BOCHKAREV, Danila. **A fear that is driving Russian gas policy?**. *Politico*, 2009.

BUZAN, Barry; W'VER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge University Press, 2003.

CAMACHO, Pedro; FERNANDES, Carla. **Um olhar sobre a cooperação energética UE-Rússia: Desafios numa nova era global da energia**. *Nação e Defesa*, n. 153, p. 125-146, 2019.

CARVALHO, Rui et al. **Resilience of natural gas networks during conflicts, crises and disruptions**. *PloS one*, v. 9, n. 3, p. e90265, 2014.

DE JESUS, Diego Santos Vieira. **Décadence avec élégance? As políticas externas de Alemanha, França e Reino Unido na contemporaneidade**. *Revista de Geopolítica*, v. 5, n. 1, p. 59-81, 2016.

DUARTE, Lílian Cristina Burlamaqui. **A política ambiental internacional: uma introdução**. *Revista Cena Internacional*, v. 6, n. 1, p. 4-12, 2004.

DOLSAK, Nives; PRAKASH, Aseem. **Climate Strikes: What They Accomplish and How They Could Have More Impact**. 2019.

ENERGY, IEA Global. **CO2 Status Report 2017**. International Energy agency. 2017c. 2018.

EU, European Union **What it is and what it does**, 2020.

EURONEWS - **Gerhard Schröder: Germany's ex-chancellor quits Russian energy giant Rosneft amid pressure over war**. 2022

FACER - Agency for the Cooperation of Energy Regulators - **Estimated number and diversity of supply sources**, Acesso 13/05/2023)

FOUQUET, Roger; PEARSON, Peter JG. Past and prospective energy transitions: Insights from history. **Energy policy**, v. 50, p. 1-7, 2012.

G7. Rome G7 Energy Initiative For Energy Security Implementation Report. 2014

GOV, Brasil. **Centrais de Conteúdo e Publicações - Anuário estatístico** - Arquivo, 2023, páginas 2, 5, 6. (Acesso 26/08/2023)

GHANTOUS, Nour. **Energy efficiency equals energy security**. Energy monitor, 2022

HABERMAS, Jürgen; DERRIDA, Jacques. **February 15, or what binds Europeans together: A plea for a common foreign policy, beginning in the core of Europe**. **Constellations**, v. 10, n. 3, p. 291-297, 2003.

HARSEM, Øistein; CLAES, Dag Harald. The interdependence of European–Russian energy relations. **Energy Policy**, v. 59, p. 784-791, 2013.

HIRSH, Richard F.; JONES, Christopher F. History's contributions to energy research and policy. **Energy Research & Social Science**, v. 1, p. 106-111, 2014.

HILL, Fiona. **Russia: The 21st Century's Energy Superpower?** -

IBP, Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. **Maiores exportadores de gás natural**, 2022. (Acesso 26/08/2023)

IBP, Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. **Projeção para a produção de petróleo da Rússia antes e depois da invasão à Ucrânia**, 2022. (Acesso 26/08/2023)

JOLY, Jeroen K.; HAESBROUCK, Tim (Ed.). **Foreign policy change in Europe since 1991**. Cham: Palgrave Macmillan, 2021.

LEHNE, Stefan. **The big three in EU foreign policy**. Brussels: Carnegie Endowment for International Peace, 2012.

LIBEK, Elina. **European Strategic Autonomy: A Cacophony of Political Visions**. 2019.

LIGHT, Margot. **Russia and the EU: Strategic partners or strategic rivals**. J. Common Mkt. Stud., v. 46, p. 7, 2008.

MECKLING, Jonas; HUGHES, Llewelyn. **Global interdependence in clean energy transitions**. *Business and Politics*, v. 20, n. 4, p. 467-491, 2018.

MILANEZ, Bruno. **Entrevista Podcast Guilhotina e Le Monde Diplomatique Brasil 2021**

MILANEZ, Bruno. **Entrevista para o Instituto Humanitas Unisinos: Transição energética: “Existe uma ilusão de que a ‘tecnologia’ vai encontrar um caminho e as economias poderão crescer indefinidamente”**. 2019

MÜLLER-BRANDECK-BOCQUET, Gisela. **France’s New NATO Policy: Leveraging a Realignment of the Alliance?**. *Strategic Studies Quarterly*, v. 3, n. 4, p. 95-109, 2009.

OTTENS, **BRIC+1: Germany’s New Bedfellows?** 2011

RAMADHAN, Iqbal. **The Securitization of Energy Issues from The Perspective of Security Studies**. *Indonesian Journal of Energy*, v. 6, n. 1, p. 1–13-1–13, 2023.

RODRIK, Dani. **Green industrial policy**. *Oxford review of economic policy*, v. 30, n. 3, p. 469-491, 2014.

TEPSA, Trans European Policy Studies Association. **European Foreign Policy: The Birth of the CFSP | #EU History Explained Episode 9**, Acesso: 17/02/2023.

VAISSE, Justin. **A Gaullist by any other name**. Survival, v. 50, n. 3, p. 5-10, 2008.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana; PEREIRA, Alexsandro Eugenio. **A Teoria de Securitização e a sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos**. Revista de Sociologia e Política, v. 27, 2019.

SOARES, Marcus Filipe Vieira et al. **Análise comparativa de políticas públicas e desenvolvimento regulatório da energia solar fotovoltaica no Brasil e na Alemanha**. 2019.

SKURBATY, Tim. **Understanding the EU-Russia Energy Relations**. 2007

STATISTA. **Primary energy consumption in the European Union from 2019 to 2022**. Acesso 26/11/2023.

ŚLOSARSKI, Radosław. **Clean energy in the European Union: Transition or evolution?**. **Energy & Environment**, 2022.

UNFCCC. **Conference of the Parties Twenty-first session: Adoption of the Paris Agreement**. Paris, 2015.

UE. **Joint Declaration on European Defence Joint Declaration issued at the British-French Summit**. Saint-Malo, 1998.

UE. **Communication from the Commission ENERGY FOR THE FUTURE: RENEWABLE SOURCES OF ENERGY White Paper for a Community Strategy and Action Plan**. 1997

UE. **A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy - Green Paper**. 2006